



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Declaro aberta a 30^a Reunião da Comissão de Assuntos Econômicos.

O Senador Luiz Henrique está aqui falando da pauta extensa dos Senadores e Senadoras. Na CAE, estamos na 30^a reunião deste ano.

A pauta desta audiência: audiência pública, em atendimento ao Requerimento nº 20, de 2011-CAE, de iniciativa dos Senadores Luiz Henrique e Armando Monteiro, com a finalidade de examinar os riscos do processo de desindustrialização que atinge vários setores da indústria brasileira e fomentar o debate em torno de uma agenda em favor da competitividade industrial, centrada na redução do Custo Brasil, no estímulo à inovação e à isonomia competitiva com produtos importados, no incentivo das transformações microeconômicas que produzam um ambiente produtivo de maior eficiência e na defesa de uma política fiscal que reduza os incentivos para a valorização do Real.

Convidados: Dr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit); o Dr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Associação Brasileira de Indústrias de Máquinas e Equipamentos (Abimaq); o Dr. José Augusto Fernandes, Diretor Executivo da Confederação Nacional da Indústria, representando o Dr. Robson de Andrade, Presidente da CNI; e o Dr. Sérgio Marques, que ainda estamos aguardando, que é Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados (Conaccovest), representando a Sr^a Eunice Cabral, Presidente da Conaccovest.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas:

1) Os convidados farão as suas exposições e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Senadores e Senadoras inscritos.

2) A palavra aos Senadores e Senadoras será concedida na ordem de inscrição.

3) Os interpellantes dispõem de três minutos, assegurado igual prazo para a resposta do interpellado.

Com a palavra o Dr. Aguinaldo Diniz Filho, Presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT).

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Muito obrigado, Sr. Senador Delcídio do Amaral.

Gostaria de pedir licença ao senhor para, como mineiro, lembrar a pessoa do Ex-Presidente e Senador Itamar Franco, mineiro, recentemente falecido no sábado passado, um exemplo de probidade e de trabalho por nosso País.

Gostaria de registrar, em nome dos mineiros, nessa oportunidade, uma homenagem ao Senador Itamar.

Agradeço também ao Senador Luiz Henrique aqui presente, que é o Presidente, no Senado, da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil, e nós criamos



uma Frente Parlamentar para discutir o nosso setor e o Senador Luiz Henrique nos representa no Senado e, o Deputado Henrique Fontana, na Câmara.

Teríamos a colocar para os senhores e, iniciando, gostaríamos de apresentar um pequeno vídeo, Srs. Senadores, Srs. Convidados, que representa efetivamente o processo de desindustrialização no País, a quem acredito não esteja ocorrendo. Nós, do setor têxtil/confecção, somos absolutamente flagrados e impactados por esse processo destrutivo da indústria nacional.

Esse vídeo que vou apresentar foi exposto em uma reunião da mais alta relevância, ocorrida na FIESP há mais ou menos um mês e o Presidente Paulo Skaff conseguiu fazer uma reunião onde estavam presentes mais de 500 empresários e toda a classe trabalhadora, CUT, CGT, Força Sindical. Foi o momento em que força do trabalho e capital juntos discutiram a desindustrialização.

Nesse evento, esteve presente o Vice-Presidente Michel Temer e o Ministro Fernando Pimentel.

Esse vídeo é uma cópia que trouxemos de lá e não trouxemos maiores documentos para entregar. Esse vídeo, por si só, em nossa opinião, fala.

Gostaria que, por favor, o colocassem.

O vídeo tem cinco minutos.

(Procede-se à tentativa de apresentação de vídeo.)

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Eu peço desculpas. Não houve compatibilização entre o *pen drive* que trouxemos e o sistema da Casa, e posso garantir que o *pen drive* é chinês. Então, não funcionou.

Dentro disso, vamos fazer a nossa apresentação, porque o vídeo mostrava uma desindustrialização no amplo espectro. Lamentavelmente, não foi possível. Aí, vamos localizar o que está ocorrendo em nosso setor.

Então, por favor, o próximo.

Na nossa apresentação, na nossa entidade, nós vamos falar de relevância do setor têxtil, desequilíbrios e ameaças, barreiras de competitividade e mobilização para o desenvolvimento.

A desindustrialização pode ser definida como um declínio persistente da participação na sua produção no PIB e na participação dos seus empregos. É o que está acontecendo, e vamos ver o quanto participa no PIB hoje o setor produtivo, a indústria de transformação. E a característica fundamental – são dois pequenos resumos de desindustrialização – de um processo de desindustrialização é a perda relativa de dinamismo da indústria na geração de renda e emprego na economia. Isso é um fato. A nossa indústria de transformação está perdendo bastante peso na formação da economia, na geração de emprego e renda em nosso País.



Esse quadro por si só também explica a comoditização das exportações. Nossa setor, a indústria como geral, não é contra a exportação de *commodities* em hipótese alguma. *Commodities* são um *plus* que este País tem, um privilégio que o nosso País tem, mas a comoditização das nossas exportações é um caso muito sério. Sou daqueles brasileiros que pensam que seria muito melhor nós exportarmos o óleo de soja do que o grão de soja. Seria muito mais importante exportarmos aço do que o minério de ferro. Isso não é uma utopia da nossa parte; isso é uma vontade de quem ama este País.

Aí, vemos que, na pauta das nossas exportações, somente 39% são produtos industriais; os demais itens – produtos primários, agrícolas, combustível e energia – representam quase 60% da nossa pauta de exportação. Isso é um número, claro, preparado inclusive na fonte Alice - MDIC.

As nossas importações – aqui está o grande problema. Srs. Senadores, Senador Delcídio Amaral, Senador Luiz Henrique, esse é o grande problema que nosso País está vivendo. Das nossas importações, 76% são produtos industriais; combustíveis e energia, 17%; produtos primários e produtos agrícolas, basicamente nada. Então, estamos introjetando neste País, à custa de não geração de emprego neste País e à custa de geração de emprego em outros, principalmente China,... Esse é o quadro da nossa pauta de exportação e de importação.

Próximo.

Mostra que os importados hoje... Gosto muito de dizer que não somos xenófobos, que não somos contra a importação. Hoje, o mundo é totalmente diferente, mas temos de prestar atenção em que 23% do nosso consumo doméstico, no amplo espectro, já são produtos importados. E isso já foi a coluna de importação aqui. Por exemplo, em 2008, 2009, 2010, ele teve uma queda em função da crise e está com 22,7% de produtos importados, da participação, e a fatia dos exportados em tudo o que produz o Brasil, 19,2%.

Na nossa balança comercial, só para ser rápido, houve um déficit na balança comercial da indústria de transformação – não a balança comercial como um todo. Na balança comercial, nós tivemos um déficit de US\$52 bilhões em 2010. Há uma projeção de US\$100 bilhões para 2011. Isso pode representar uma não geração de emprego catastrófica para o nosso País. Então, há um caminho da indústria de transformação; tem um déficit de US\$100 bilhões. Isso representa aproximadamente dois milhões de empregos não gerados na indústria de transformação.

Próximo.

Agora eu vou especificar o nosso setor.

O setor da indústria têxtil de confecção brasileira representa... O mundo hoje tem um movimento de US\$856 bilhões de têxtil e confecção.

Volta, por favor. Volta, por favor.



Então, a nossa indústria está inserida em um mercado mundial que movimenta US\$856 bilhões. Isso é o segundo ou quarto movimento financeiro no mundo – isso em termos mundo.

Próximo.

Esse é um outro número bastante relevante do nosso setor.

Aqui nesta linha nós temos a renda *per capita* do brasileiro. Em 2011, nós vamos ter uma renda *per capita* de R\$15 mil, e um consumo *per capita* de têxteis de 12.8kg.

Em 2014, por tudo isso que está acontecendo no Brasil, os pontos positivos que estão acontecendo no Brasil, não há como negar, o Brasil está numa situação favorável de distribuição de renda, de crescimento, não há como negar, existe uma expectativa de termos uma renda *per capita* de R\$18 mil. Isso vai representar um consumo *per capita/ano* de têxteis de quase 20kg.

Caso isso ocorra e a gente, porventura, tenha um equilíbrio na importação da China, o nosso setor vai poder crescer muito, mostrando que existe uma possibilidade de consumo importante.

Próximo.

A quantidade de empregos gerados. Isso, Srs. Senadores, num trabalho do BNDES, mostra, acrescendo um faturamento de R\$10 milhões, como que o setor têxtil/confecção responde na geração de emprego. Então, com um aumento de R\$10 milhões de faturamento, nós podemos gerar, na nossa cadeia, 1.382 empregos, porque nós somos intensivos em mão de obra, nós não somos intensivos em capital, então faz uma fatura muito grande – vamos assim dizer – esse aumento de faturamento, e o Brasil tem que se preocupar com isto, o nosso problema de geração de empregos.

Próximo.

Aqui, Srs. Parlamentares, mostra a relevância econômica do setor têxtil de confecção. O nosso setor hoje tem um ativo, um parque industrial, de R\$80 bilhões. Então, o que foi construído neste País só em ativos imobilizados, vamos assim dizer, R\$80 bilhões; nós somos 30 mil empresas; nós geramos 8 milhões de empregos; o setor têxtil/confecção é o segundo gerador de empregos na indústria de transformação; geramos 8 milhões de empregos; o nosso faturamento anual é de R\$90 bilhões, e representamos 3,5% do PIB.

Próximo.

Este quadro, eu o reputo bastante relevante, a fonte é o IPCA. Desde o Plano Real, que fez dezessete anos no dia 1º, durante esse período, a energia elétrica – como se sabe, o Brasil tem a segunda energia elétrica mais cara do mundo – subiu 519%, gás natural, habitação, e o IPCA geral foi 260% nesse período. O setor têxtil de vestuário teve um crescimento de 147%. Então, além de toda a geração de emprego que o setor consegue, nós estamos sendo âncora de inflação. Nós estamos quase na metade da variação do IPCA. Então, o setor têxtil



é um dos componentes de segurar a inflação, que é um problema que este País tem de debelar.

Próximo.

Este quadro eu gostaria da atenção dos senhores. A relevância deste quadro nos motiva bastante, inclusive para trabalharmos fortemente para o nosso setor. Isso é da indústria de transformação, o PIB da indústria de transformação. O setor têxtil representa 3% do PIB. O setor de vestuário e acessórios, 1,9% do PIB, os dois dão 4,9. A gente tem conversado e trabalhado que têxtil, vestuário e calçados é uma coisa só, e são setores que estão sofrendo, realmente, um ataque injustificado, não igualitário nas importações.

Então, esses nossos dois setores representam 6,8% do PIB. Podemos comparar a formação disso com, por exemplo, indústrias, veículos e automotores, representam 7% do PIB da indústria de transformação. Então, têxtil, vestuário e acessórios, calçados e artigos de couros praticamente representam o PIB da indústria de veículos automotores. Interessante que o refino de petróleo e álcool representa 7,9% do PIB e nós, esses três setores, 6,8%.

Na geração de empregos... Eu falo muito, Srs. Parlamentares, que o Brasil tem dois problemas, na nossa opinião: geração de empregos e educação. Um depende do outro; o que vem na frente... Mas se nós atacarmos educação, neste País e geração de empregos, acho que muito vai ser resolvido na nossa situação.

E no setor de emprego, têxtil e confecção representam 10,6% de emprego na indústria de transformação. Se acrescentarmos calçados, 16,5%. Nós estamos abaixo de alimentos e bebidas, que realmente é o grande gerador de empregos da indústria de transformação.

Eu gosto de comparar com os demais setores, que são os que realmente têm uma participação de mídia – vamos dizer – maior. Mas vamos comparar, por exemplo, com automotores, máquinas e equipamentos; metalurgia básica; refino.

Então, a geração de emprego nossa é absolutamente importante e não podemos, em hipótese alguma, desperdiçar essa capacidade de geração de empregos que os nossos setores embutem e para os quais trabalham.

Próximo. Eu falo muito que são mais de 8 milhões de empregos diretos e indiretos. Esse número é absolutamente fantástico. Oito milhões de empregos gerados neste País por um setor é uma coisa realmente muito forte. O setor alavanca o primeiro emprego. É o principal contratante das mulheres. Setenta e cinco por cento dos trabalhadores da indústria têxtil e de confecção são mulheres. E no primeiro emprego há mulheres que são arrimo de família. Há absorção de todos os níveis e é uma alternativa consistente para programas de transferência de renda.

Sobre esse quadro de transferência de renda, eu me lembro, os senhores me permitam, de uma reunião que nós tivemos uma vez com o



Presidente Lula e ele falou uma coisa que eu guardei: uma ponte pode esperar, um viaduto pode esperar, mas a fome não pode esperar. Eu guardei isso do Presidente falando quando ele estava lançando esse problema de transferência de renda.

O nosso setor pode ser um setor emancipatório do Bolsa Família. Nós temos 11 milhões e 300 mil famílias no Bolsa Família. O setor têxtil e de confecção é emancipatório e não compensatório. Nós podemos gerar emprego e renda neste País inteiro. O nosso setor está capilarizado. Não tem um município brasileiro que não tenha algo do nosso setor. Então, a gente pode ser emancipatório no problema de transferência de renda.

Próximo. Estou sendo um pouco rápido. Aqui nós já falamos da relevância econômica, gerador de empregos, âncora da inflação e perspectiva de crescimento. A capacidade competitiva é de 30 mil empresas. Micro e pequenas empresas.

Próximo. O cenário de ameaça. Esse é um grande fato. Em 2004 e 2005, o nosso setor era superavitário na balança comercial. Aqui tem a nossa linha da importação. Aqui, o dólar, o câmbio, que é um problema. Nós sabemos que é de uma solução difícil. Nós não estamos aqui para falar para os senhores Parlamentares que a solução é um câmbio de 2,20 amanhã. Isso não funciona. Nós sabemos. Mas esse quadro mostra, Sr. Senador Delcídio do Amaral, como está indo a nossa balança comercial.

Em 2010, tivemos um déficit de 3,5 bilhões de dólares e uma estimativa, para 2011, de 5,2 bilhões. Eu falei aqui que a indústria de transformação vai ter um déficit de 100 bilhões esse ano. Nós estamos aí com 5% de déficit da indústria de transformação. Isso é importante para que a gente possa ver a dificuldade do setor.

Próximo. E há uma possibilidade de nós perdemos 200 mil postos de trabalho com esse déficit. E eu gosto de dizer que quando o Presidente Obama esteve aqui no Brasil, ele falou uma coisa que é importante que a gente veja: com um bilhão de dólares que os Estados Unidos exporte, cinco mil empregos são gerados. Então, nós temos que nos preocupar mesmo é com geração de emprego. E aqui estamos perdendo 200 mil postos de trabalho.

Próximo. Aqui, Srs. Parlamentares, mostramos o crescimento da

Aqui, Srs. Parlamentares, mostramos o crescimento da importação. Olha a desindustrialização aqui. A importação de confeccionário, de vestuário. Nós tivemos um aumento 16 vezes. Isso é muito ruim e prejudica terrivelmente o nosso setor.

Próximo.

Barreiras de competitividade.

Próximo.

Esse quadro foi da CNI. Foi uma reunião. Está aqui presente o Senador Armando Monteiro. A fonte é um trabalho da CNI. À época, tivemos a



oportunidade de o Senador nos mostrar esse trabalho e nós o colocamos. Foram analisados pelo *The World Economic Forum* 133 países. O Brasil – o setor público brasileiro – é o 128º país do setor público em termos de competitividade. E o setor privado brasileiro? Pasmem, senhores! É o 27º país no setor de competitividade. Então, mostra que a indústria nacional é competitiva; a indústria nacional inova, investe.

Agora, na hora em que você vai na média, nós estamos terrivelmente abaixo. Olha a China e esses outros países em relação ao setor público? Esse trabalho é do *The World Economic Forum* e nós tivemos acesso a ele numa reunião em que o Senador Armando Monteiro nos passou.

Próximo. O que é o limitador da nossa competitividade, sem a gente querer entrar? A carga tributária, a deficiência na defesa comercial. Senador Delcídio do Amaral, nós tivemos uma informação de que no Decom, Departamento de Defesa Comercial, do MDIC, trabalham vinte pessoas. Tem vinte pessoas trabalhando no MDIC para defesa comercial. Isso é uma situação calamitosa. Custo de capital elevado, custo de infraestrutura, crescimento das importações e desequilíbrio cambial. Então, na nossa opinião – não vamos discutir esses itens em profundidade, para já ir cambiando para o fim – são os limitadores da nossa competitividade.

Próximo.

Esse quadro é muito interessante.

Próximo. Próximo. Próximo. Próximo.

Esse quadro mostra o seguinte, pessoal: há nove estados brasileiros que dão incentivos para importação. Nesses nove estados brasileiros que dão incentivo à importação, a importação de têxtil e confeccionado aumentou 1.111%, fruto de um incentivo à importação de têxteis. Isso facilitando a entrada de produto importado.

Próximo. Aí mostramos a nossa energia elétrica, que é uma coisa absurda. É não-competitividade. O Brasil tem a segunda energia elétrica mais cara do mundo, comparável com o Canadá; e o Canadá tem a mesma matriz energética do Brasil: 75% de energia hidráulica.

Próximo. Próximo. Esse quadro mostra... Esse é um quadro claro da desindustrialização. Eu tenho pra mim que não precisaríamos falar muito além disso. Estamos mostrando que em 1985, a indústria de transformação participava com 27,2% do PIB – na formação do PIB. Hoje, tem 15,8% na perspectiva de 2010. Existe uma perspectiva para 2014 chegar em torno de 13% a participação da indústria de transformação na formação do PIB brasileiro. Esse quadro serve para refutar aqueles que acreditam que não há desindustrialização no País.

Próximo. Próximo. Próximo.

E foi a Frente Parlamentar.

Aqui na Frente Parlamentar, de que o Senador Luiz Henrique é o Presidente aqui no Senado, nós temos uma defesa comercial importante. Nós



precisamos fortalecer a defesa comercial deste País e não permitir que a China seja reconhecida como economia de mercado. Nem o chinês acredita que ele seja economia de mercado, então nós não podemos reconhecer.

Próximo. Esse é um quadro importante. É o PMDR. Por muito pouco, isso passava na Câmara dos Deputados. É a Medida Provisória 482, art.12. Aconteceu em 8 de junho de 2010, às 19 horas. Isso estava em votação na Câmara, não passou. É que 49 países iriam ter incentivos para exportar para o Brasil sem certificado de origem e sem nenhum sistema de alíquota. Felizmente, isso está em *stand by* ainda na Câmara dos Deputados.

Próximo. A tributação. Nós sabemos do que precisamos.

Próximo. Desoneração de folha. Fardas do Exército. Eu falo muito que hoje 90% das fardas que o Exército Brasileiro usa são importadas. Eu torço para que no próximo 7 de Setembro que houver – falando como brasileiro – haja uma chuva muito grande e essas fardas encolham e desbotem durante o desfile de 7 de setembro.

Agilização da regulamentação da margem de preferência. É inadmissível que o Exército Brasileiro seja vestido com fardas da China. É questão de brasiliade.

Próximo. É o custo da infraestrutura, redução de energia elétrica, que a gente não precisa discutir muito.

Próximo. Esse é o quadro da nossa cadeia - já estou terminando, Senador – têxtil de confecção. Ela tem insumos químicos, máquinas, e equipamentos. Há fibras e filamentos naturais. O Brasil é um grande produtor de algodão. A cotonicultura brasileira em Goiás, Mato Grosso, Bahia e, agora, em Tocantins está revolucionando a cotonicultura de todo o país. O Brasil é autossuficiente em algodão.

Então, nós temos um trabalho na produção de matéria-prima de algodão dos mais fantásticos. Produtos químicos, têxteis, fiação, malharia, tecelagem, acabamento, e por aí vai. E hoje 25% do consumo aparente do têxtil de confecção já é importado, ¼ já é importado.

A importação da cadeia aumentou 222% nos últimos sete anos e mais recentemente observamos o crescimento das importações de produtos confeccionados. Nos últimos sete anos, o crescimento das importações de vestuário foi 423%. O vestuário mata a cadeia produtiva, mata. Ela realmente mata e desemprega. O termo é mata. Por exemplo, uma roupa confeccionada que entra no Brasil; se ela entrar no Brasil nos trâmites normais, a nossa entidade - a ABIT - não questiona. O que a gente questiona é a forma incorreta e isonômica de entrada de produtos no Brasil.

Então, as importações desleais estão crescendo. É inadmissível, mas acontece. Vou repetir. Nós temos vinte pessoas no Decom, Departamento de Defesa Comercial. Vinte! Segundo eu ouvi dentro do Mdic. Então, o que acontece com as importações desleais? As importações desleais começam a matar a



cadeia. Então, vai acabando. Acaba a malharia... E o que vai acontecendo com a nossa cadeia? Vai morrendo, vai morrendo nessa cadeia. Morre a próxima, morre a próxima, vai morrendo, acaba. E aí ficam os oito milhões de empregos e as trinta mil empresas; ficariam. Mas aí as importações desleais continuam crescendo.

O próximo. Acabam as empresas e acabam os empregos. E o que acontece? O mercado brasileiro de têxtil confecionado vai ser dominado, seria dominado, pode ser dominado, talvez venha a ser dominado, pelas importações desleais. E o que acontece? As importações desleais dominam, passam a dominar. E o que a gente quer? Qual seria o caminho? A gente só quer uma coisa, Srs. Senadores, Srs. Parlamentares. O setor têxtil de confecção só quer uma coisa.

Nós tivemos uma reunião com o Ministro Mantega, com o Ministro Pimentel, talvez tenhamos com a Presidente Dilma. Com o Ministro Pimentel e o Ministro Mantega, não falamos em dinheiro a fundo perdido, não falamos que precisávamos de um dólar a US\$2,20 no mês que vem, só uma coisa. Porque, se nós não fortalecermos a confecção do país, a confecção – falo a confecção –, nós não vamos ter saída.

Então, a gente pleiteia, para gerar oito milhões de empregos, que precisaríamos de uma criação imediata, num senso de urgência, porque o senso de urgência tem de prevalecer. Nós não temos mais muito tempo. Então, a gente precisava – é o pleito que deixo na Casa – falo isso, representando oito milhões de trabalhadores, da criação, em caráter de urgência, de regime diferenciado de tributação para confecção. Não estou falando de toda a cadeia, não estou falando do produtor de tecido, do produtor de malha, do produtor de algodão, mas de um regime diferenciado para a confecção que permita a essa indústria intensiva mão de obra ganhar escala e recuperar a sua competitividade.

O que está acontecendo, pessoal? O importador de tecido está parando de importar tecido e importando a roupa; e a roupa que entra neste país mata uma cadeia que representa oito milhões de trabalhadores. Isso é dado. Se a gente pegar o Caged e mostrar que um emprego gera quatro, na nossa indústria, a gente teria condições.

Então, esse é o nosso pleito. Na reunião que talvez tenhamos com a Presidente, nós vamos falar um pouco e mostrar para a Presidente que precisamos de um diferenciamento. Qual? Estamos estudando, vamos estudar, precisamos de reunião, de apoio, e de uma relevância absoluta para manter esse trabalho. A defesa da confecção é a saída de emergência para a ameaça que sofre a indústria têxtil brasileira.

Esse é o nosso trabalho, esse é o nosso empenho, para que o nosso País não seja entregue, de uma forma ingênua e primária, a outros países.

Era isso, Senador Delcídio. Desculpe-me se ultrapassei o meu tempo.

Muito obrigado.



(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT - MS) – Obrigado, Dr. Aguinaldo Diniz Filho, da ABIT.

Agora, passo a palavra ao Dr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Abimaq. Quinze minutos é o tempo regulamentar.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Vou ser rápido. Acho que a gente tem de entrar no debate desse tema da desindustrialização. Agradeço o convite para a Abimaq estar aqui. Eu só quero dar um exemplo, no caso particular.

Ontem, estive no Rio de Janeiro. A minha empresa foi fundada em 1950, pelo meu pai e meu avô. Estive no Rio de Janeiro, com um cliente meu, no metrô do Rio especificamente, que hoje é privatizado. Eles importaram agora da China quase US\$300 milhões em trens e vagões – US\$ 300 milhões, só para dar o exemplo. Então, eu deixei de vender as minhas engrenagens, os associados da Abimaq deixam de vender os freios, as molas, rodas. Só quero dar esse exemplo a vocês do que está acontecendo.

Esse processo de desindustrialização no Brasil – e os números do IBGE, quando saem, estão muito atrasados – está muito acelerado. Nós estamos sentindo isso na pele. Esse negócio está acelerado demais. E é fundamental que os Srs. Senadores que estão aqui ouçam esse grito de alerta, não só dessas duas entidades que estão aqui, mas de toda indústria de transformação. Vou mostrar alguns números para vocês.

Primeiro, quero mostrar...

Volte, por favor, pois acho importante colocar o tema aqui.

Que tipo de país vamos querer ser?

Se nós vamos querer ser um Brasil potência ou se nós vamos transformar isso aqui num Brasil colônia; se nós vamos continuar exportando pau-brasil, para importarmos colarinhos, miçangas. Bom, vamos lá. Se vamos ser potência ou colônia.

Primeiro, quero falar rapidamente o que é a Abimaq. Nós temos uma série de principais, em São Paulo.

Passa para o outro quadro.

A Abimaq foi fundada em 1937. É uma entidade que tem mais de setenta anos na história do Brasil e foi justamente formada pelo sindicato da indústria têxtil. Quando o Aguinaldo fala que você está importando tecido, estou deixando de vender a máquina que fabrica a camisa, o terno, esse negócio todo. Nas trinta câmaras setoriais que existem na Abimaq, a câmara que está sofrendo mais é a de máquinas para a indústria têxtil. Nós não temos mais fabricantes de teares, de tudo isso que a indústria precisa. É tudo importando agora, Aguinaldo.

A Abimaq representa 4.500 empresas em todo o Brasil. Dentro da Abimaq, nós temos mais de 1.500 empresas associadas. A Abimaq é contra a contribuição, pois ela é compulsória. Essas 1.500 empresas que são associadas à Abimaq pagam voluntariamente, como se fossem sócias de um clube. E o que



representa? Hoje, 30% da indústria brasileira de máquinas e equipamentos é associada da Abimaq; é maior que a Alemanha. Na Alemanha, não chega a 25%. Isso é um recorde mundial.

Bom, e no nosso setor, nós geramos mais de 250 mil empregos diretos. É o setor cujo salário médio é de R\$3 mil sem encargos, Senador. É o setor que mais paga salário. Outra coisa, o tempo médio de estudo no nosso setor é de 9 anos. É comparável à Coréia. Nós estamos comparados com a Coréia. Exige educação. Outro termo de comparação, é que falamos muito da indústria automotiva. A indústria automotiva emprega diretamente 150 mil empregos diretos. Nós temos quase o dobro da indústria automotiva dentro do nosso setor. É por isso que a indústria automotiva tem 25 empresas; quando vem uma crise, ela manda duas mil pessoas embora, três mil embora, e todo mundo tem um alerta.

No nosso setor, é aquilo que a gente não percebe. Uma pequena indústria fecha aqui, são vinte empregos que nós perdemos aqui; vinte empregos que nós perdemos lá. Isso, quando soma, no total, dá um estrago muito grande.

Vamos para frente.

Bom, na Abimaq, nós temos todos esses escritórios regionais. São doze escritórios regionais, em Recife. E aqui está o Senador Armando Monteiro, começou como Diretor Regional da Abimaq, há muito tempo – Senador, obrigado pela sua presença – e hoje está, Senador, representando também os interesses da indústria nacional.

Deixem-me abrir um parêntese aqui. A Abimaq, há cinco anos, abriu um escritório em Beijing, na China. Por que abrimos um escritório em Beijing, na China? Porque é justamente isso aqui: se tenho o maior concorrente meu e ele está fazendo um estrago aqui, quero conhecer esse concorrente meu e ver o que posso vender lá. Vou lá ver. Quero vender na China. Fui obrigado, há três meses, a fechar o escritório na China, por quê? Começou a virar o portal do mal. E por que portal do mal? Todos empresários que iam lá procurar nosso escritório não queriam vender, mas trazer representantes para virar representantes de indústrias chinesas aqui no Brasil. Não vou facilitar isso. Fechamos esse escritório.

Próximo, por favor.

Aqui vão entrar os números do setor. O nosso setor, nesse ano, vamos faturar R\$77 bilhões. Não recuperamos a crise de 2008. Em 2008, faturávamos quase R\$84 bilhões. E o faturamento não quer dizer muita coisa. Boa parte desse faturamento, e vou mostrar aos senhores como está sendo feito, o IBGE não pega isso. Na minha empresa – a minha empresa que eu falo é fabricantes de máquinas e equipamentos –, hoje importo da China, trago para dentro da minha empresa, troco a plaquetinha *xing-ling*, pinto a máquina e revendo essa máquina, porque conheço o mercado. Isso entra no faturamento, mas não significa que estou fabricando. É como o Paulinho falou outro dia: “Não estou nem mais apertando parafuso”. Estou trazendo essa máquina da China,



entra na minha empresa e revendo essa máquina aqui dentro. Então, faturamento, em si, não quer dizer nada e lá na frente vou mostrar o efeito disso tudo aqui.

Próximo, por favor.

Aqui são dois quadros comparativos para vocês terem uma ideia do estrago que o câmbio, esse dólar maluco, está fazendo no nosso setor. As nossas exportações, em 2004 – peguem esses números porque lá na frente vou voltar para eles –, quarenta e três por cento do nosso faturamento, metade disso, senhores, para países do primeiro mundo. A Alemanha é o segundo maior comprador de máquinas do Brasil. Sabem o que é a Alemanha, que é o maior fabricante de bens de capital, ser o maior importador de máquinas do Brasil? Isso significa o quê? Que a indústria do Brasil é competitiva. É o Brasil que não está competitivo. Deem uma olhada o que perdemos agora nas nossas exportações. Isso não recupero nunca mais com esse cambio. Eu exportava 43%, mas, hoje, cai pela metade, 23%.

Agora, mercado interno. Olhem como estou perdendo no mercado interno? As importações aqui, em 2004 e 2005, representavam mais ou menos 40% do consumo. Hoje, quase 60% do consumo já é máquina importada. Isso também vou mostrar lá na frente mais detalhado.

Próximo, por favor.

Deem uma olhada na balança comercial nossa. Em 2004, praticamente, o saldo da nossa balança comercial era negativo em 602 milhões. Isso daqui é o número de empregos que deixamos de gerar aqui no Brasil, porque, a cada US\$1 milhão de faturamento ao ano, segundo o IBGE, o nosso setor gera 5,6 empregos. Nesse ano aqui – deem um olhada nesse número, por favor, senhores –, o déficit da balança comercial só de máquinas e equipamentos vai ser superior a US\$20 bilhões. Só nesse ano, vamos gerar lá fora quase 34 mil empregos diretos. Nesses últimos 7 anos, geramos lá fora 191 mil empregos diretos.

Próximo, por favor.

Deixem-me falar um pouco aqui e entrar na parte esotérica da coisa para firmar o conceito. O que é a pedra filosofal, que os alquimistas tanto procuravam? Quais eram os dois vetores que Merlin, o mágico, Saint Germain, os alquimistas procuravam? Primeiro vetor, quero ter vida eterna. Para que vida eterna? Para poder conhecer mais, para ter o poder do conhecimento e poder transformar. Segundo vetor da pedra filosofal, qual era? Transformar metais que não tem valor em ouro, transformar em riqueza. Então, o princípio da pedra filosofal é conhecimento transformando em riqueza. Vamos ver se a gente não faz essa alquimia? Se eu pegar o minério de ferro, colocar alguns componentes lá dentro, levar ao fogo, que tanto transforma, fazer chapa de aço, transformar em máquina, gerar um navio, isso não é alquimia? Não estou transformando em riqueza pegando matéria bruta e fazendo isso? Se pegar o algodão e transformar em tecido, transformar em roupa, não é alquimia? Se pegar a bauxita, pegar a



alumina, levar para o fogo e transformar isso em alumínio, um metal maleável que não enferra, olhem a alquimia que tem nisso. Transformar areia em vidro, e por aí vai. Alquimia: conhecimento gerando riqueza.

Próximo, por favor.

Qual é a pedra filosofal dos países desenvolvidos, dos países que são ricos, e são neles que temos que nos modelar? Qual é a pedra filosofal dos países desenvolvidos?

Próximo, por favor.

É que não existe país desenvolvido que não tenha uma indústria de transformação desenvolvida. Isso é regra! Não existe país que não tenha. Quero pegar um exemplo com vocês. Me citem um país que seja rico em petróleo ou que seja rico em *commodities* e que seja um país rico, rico em distribuição de riqueza? (Pausa.)

É esse silêncio mesmo. Não existe! Só existe um país que deu certo: a Noruega. O que a Noruega está fazendo? Ela exporta petróleo e criou um fundo. Setenta por cento desse fundo está sendo investido maciçamente em educação em três setores nos quais ela disse que seria imbatível. Quais são? Equipamentos para petróleo, papel e celulose e equipamentos eletroeletrônicos.

Agora, me falem um país que não tem uma indústria de transformação forte que não seja um país rico? Podem pegar Alemanha, Japão, Estados Unidos, França, todos têm isso. E os países que estão desenvolvendo agora? Peguem a Coreia e vejam o que a Coreia está fazendo. Vejam o que a China está fazendo. Estão fazendo isto, o conceito da pedra filosofal, investimento maciço em educação para gerar riqueza e desenvolvimento.

Próximo, por favor.

Leiam essa frase comigo, por favor. É fundamental isto: é evidentemente que nada contribui mais para promover o bem-estar público do que a exportação de bens manufaturados e a importação de matéria-prima estrangeira. Sabem quando foi dita essa frase? Em 1721, no Parlamento britânico. Há dois séculos e meio. Sabem o que o Primeiro-Ministro da Inglaterra fez nessa época, em plena Revolução Industrial? Proibiu que a Inglaterra exportasse lâ de carneiro. Aqui ninguém vai exportar lâ de carneiro. Vamos exportar produtos derivados de lâ de carneiro. Vou agregar valor. Pedra filosofal. Conhecimento. Sabem o que a Inglaterra...

Aconselho a todos os senhores a lerem esse livro *Chutando a escada e Maus samaritanos*, que falam tudo isso aqui. Está lá. Em 1721, foi dita essa frase.

Sabem o que a Inglaterra fazia se um técnico inglês que conhecesse todo processo da indústria têxtil saísse da Inglaterra e fosse para outro país levar esse conhecimento? A mesma coisa que os Estados Unidos fez com o Bin Laden. Jogava no mar, matava. Você não vai levar conhecimento. Pedra filosofal. Conhecimento.



Próximo, por favor.

Os exemplos já falei. Não vou entrar mais em detalhe sobre isso.

Próximo, por favor.

E o modelo brasileiro? Para onde o Brasil está indo. Vou mostrar para vocês que não tenho dúvida nenhuma de que estamos acabando com a indústria de transformação brasileira, estamos reprimarizando a nossa economia, estamos completamente contrários ao conceito de geração de riqueza. O Brasil é um país rico em matéria-prima, mas vamos condenar esse País a ser eternamente pobre se não mudarmos esse modelo econômico, que não é de hoje. Ele vem desde a década de 80.

Próximo, por favor.

Deixem-me dar alguns exemplos para os senhores para conceituarmos mais isso aqui. Café, que foi o primeiro produto de exportação do Brasil. O Brasil é o maior produtor de café do mundo. Vocês sabem qual é o país que mais exporta café industrializado? É a Alemanha, sem ter um pé de café. Ela importa café do Brasil e da Colômbia, faz aquele *blending*, agraga valor. Pedra filosofal: pego a matéria-prima, agrego valor e exporto café. A Alemanha, sem ter um pé de café!

Soja. O Brasil é o país campeão do mundo em produtividade de soja. Temos a maior produtividade de soja do mundo. Hoje, 76% das nossas exportações de soja é de soja bruta, enquanto nossas exportações de óleo de soja e farelo de soja estão caindo.

Vou dar um exemplo agora para os senhores. Sabem o que a China está fazendo? A China é a maior importadora de soja hoje do Brasil. A China é maior importadora do minério de ferro do Brasil. Tem aquela frase lá, aquela frase de dois séculos e meio atrás. Sabem o que a China está fazendo na Bahia? Está criando a maior processadora de soja do mundo. Investimento de R\$1,5 bilhões para fazer o quê? Criar a soja Brasil-China aqui no Brasil, para exportar óleo de soja para a China, por quê? Porque a China sabe que, importando soja bruta, 80% que tem lá é água. Então, vai industrializar isso, criar riqueza nisso aqui.

Vamos pegar papel e celulose? O Brasil hoje, por causa das condições climáticas que temos aqui, o eucalipto tem uma produtividade três vezes maior do que no mundo todo. Hoje, 95% da nossa produção de celulose são exportados e 60% do consumo do papel que temos aqui são importados. Vão vendo essa relação.

Vamos pegar o algodão, ligado à Abit. O Brasil hoje é o maior produtor de algodão do mundo. A maior produtividade do campo de algodão do mundo. Exportamos quase todo o nosso algodão para a China. Para quê? Números que a Abit apresenta hoje aqui: saldo déficit da balança comercial de tecidos do Brasil: US\$5 bilhões. Como pode? Nós temos a riqueza, a pedra filosofal. Eu tenho a riqueza e estou mandando isso tudo para fora para poder importar. Há os números da Abit aqui que não me deixam mentir.



Há mais outros exemplos para mostrar para os senhores.

O pré-sal brasileiro, grande riqueza que nós temos. Hoje, 10% das nossas exportações já são de óleo cru, e o maior déficit da balança comercial brasileira é de derivados de produtos de petróleo, resinas, tudo isso aí. Só a Abiquim vai ter um déficit na balança comercial este ano de mais de US\$ 30 bilhões. De novo o conceito de pedra filosofal: leva minha riqueza para fora e importo o produto agregado.

Alumínio. Há vinte anos que não sai mais um projeto novo no Brasil de uma indústria de alumínio, Senador. Nós temos as maiores reservas de bauxita e de alumínio. Deus nos deu essa graça. E por que não sai mais nenhum projeto novo de fábrica de alumínio no Brasil? Foi aquilo que a Abit mostrou: nós temos a energia elétrica mais cara do mundo, e que é o principal produto. Então, hoje, neste ano, na primeira vez da história do Brasil, nós estamos importando alumínio, mesmo tendo as maiores reservas de bauxita e de alumínio do mundo.

Querem ver outros exemplos? Vamos lá.

Minério de ferro, que é o principal insumo da indústria de máquinas e equipamentos. O Brasil hoje é o maior exportador de minério de ferro do mundo. Dá uma olhada nisto aqui. O saldo da nossa balança comercial, que mostrei para vocês, é de US\$50 bilhões negativos, nos últimos sete anos, mandando minério de ferro para a China e importando máquinas a US\$5.00, US\$6.00 o quilo. Depois quero passar isso para o Senador para mostrar isso para o senhor. Então, é isso. Estamos aqui completamente contrários aos que éramos.

Olhem o saldo da balança comercial não só do nosso setor, mas da indústria de transformação nos últimos sete anos: é superior a US\$100 bilhões.

Vamos mostrar isso um pouquinho mais para frente.

Dá uma olhada no que saiu aqui no *Valor Econômico*. Quero que vocês peguem o conceito da pedra filosofia. Olhem o que sair no *Valor Econômico* no dia 7 de junho: “*União Européia tenta garantir oferta de matéria-prima do Brasil*”. Dá uma olhada no que está escrito aqui: “A *União Européia* acredita que, se conseguir vincular o Brasil, um dos grandes produtores mundiais de minério, ao conceito de que nenhum país deve restringir exportações de matéria-prima...” Estão vendo o conceito? E olhem, lá na frente, o que a mesma matéria fala: “A *Europa* restringe a entrada de produtos brasileiros de duas maneiras: na área industrial, com altas tarifas impostas sobre itens de maior valor agregado.”

Pelo amor de Deus! Por que nós não fazemos isto, defesa comercial? Por que os países de primeiro mundo há dois séculos e meio fazem isso e nós não podemos fazer isso? Qual é a vergonha de fazer isso? Qual é a vergonha de barrar produto chinês? Porque são os maiores clientes nossos que estão levando as nossas riquezas? Está aqui.

Quer passar para o próximo.

Hoje, *commodities* já representam 71% das exportações do nosso País. É ou não é a reprimarização da nossa economia? Isso aqui está acabando



com a indústria brasileira, com a indústria de transformação. Não estou pedindo para o meu setor. Estou aqui pedindo para o Brasil. Se nós não mudarmos essa situação, o nosso futuro está comprometido.

Passe à frente, por favor.

Deem uma olhada nisso aqui de rentabilidade, rapidamente.

Quem aqui corta madeira – vamos falar legalmente? A rentabilidade dos produtores de matéria-prima é de quase 30%; quem agrupa valor, fabrica móveis, 7%; celulose, 31% de margem; quem agrupa valor, 10,5%; refino de petróleo, 30%; petroquímica, 14%. Dá uma olhada na mineração tem um (?) de 35%, enquanto quem fabrica máquinas e equipamentos, 0,2%. Como vão sobreviver? A rentabilidade deveria ser justamente o oposto. Quem agrupa valor é que tem que ter mais rentabilidade; não quem tira, quem está cavoucando este País dessas matérias que são finitas. Conhecimento não é finito; matéria-prima é finita.

Põe para frente.

Aqui, para mostrar graficamente o que está acontecendo. Lembra quando eu falei de 2004? Dá uma olhada aqui. Com cor eu me confundo. Sou parcialmente daltônico, por isso eu sou corintiano. Então, eu vou falar a cor aqui, mas pode ser... Ninguém é perfeito. Deixe-me mostrar para vocês.

Esse aqui, que não sei se é roxo ou azul, é o saldo da balança comercial de *commodities*. O nosso aqui, já me falaram que esse é laranja, não sei se é laranja. É vermelho! Dá uma olhada aqui em 2004. Em 2004, o saldo da balança comercial da indústria de transformação era altamente positivo. Isso fazia que com que... O vermelho aqui é o saldo da balança comercial brasileira. Nunca nós fomos tão bem como quando a gente exportava muitos produtos de valor agregado. Dá uma olhada agora em como é que está: as exportações de matéria-prima foram lá para cima; 70% disso é especulação financeira: o algodão subiu não sei quantos por cento; o minério de ferro; 180%, petróleo, não sei quantos por cento. Dá uma olhada no saldo da balança comercial da indústria de transformação. Que País que nós queremos ser? Olha isso aqui, dá uma olhada nisso. Isso é um absurdo! É um absurdo o que está acontecendo com o Brasil. Para o Governo, lógico, estou tendo um saldo positivo na balança comercial, mas, lá para frente, isso não fecha. Isso aqui, não vai ser eterno. Conhecimento é eterno. Isso aqui é finito. Isso aqui acaba.

Vamos para frente.

Agora, quero falar sobre o setor de máquinas e equipamentos. Dá uma olhada nesse gráfico aqui. Em 2004, de cada cem máquinas vendidas no Brasil, Senador, quarenta eram importadas. Hoje, de cada cem máquinas vendidas no Brasil, sessenta são importadas. Só que as quarenta que sobraram aqui para nós há um grande agravante: mais de 50% dos componentes que estão nessas máquinas são importados.

Para frente.



Agora, eu quero também focar muito nisso aqui. Eu já não aguentava mais, nesses três anos e meio que estamos na Abimaq, de falar de China e de falar de câmbio, Senador. Então, eu falei o seguinte; eu quero comparar uma empresa alemã, uma empresa americana com uma empresa brasileira que fabrique os mesmos produtos. O resumo disso aqui.

Depois, eu tenho um livrinho aqui, que está sendo distribuído. Nós fizemos esse estudo junto com a Fundação Getúlio Vargas. Isso tem quarenta páginas, e nós dividimos isso aqui em oito itens. Qual é o resumo dessa ópera? Se pegarmos uma empresa alemã, que vende um produto na Alemanha por €100,00, e trouxer essa mesma empresa alemã aqui para o Brasil, ela vai vender esse mesmo por €143,85, sem câmbio. Eu só estou falando que essa empresa alemã vende um produto por €100 na Alemanha; e, se ela vier para o Brasil, ela vai produzir esse produto por €143,85. O que mostra isso aqui? Que não é a indústria brasileira que não é competitiva; é o Brasil que não está competitivo.

Olhem a energia elétrica aqui, em que nós deveríamos ter competitividade: é zero. O custo da energia elétrica brasileira tem o mesmo custo, em euros, da indústria alemã, que é a energia elétrica mais cara do mundo. O Agnaldo acabou de mostrar isso aqui.

Vamos para frente.

O impacto dos juros sobre capital de giro representa quase 10% do meu faturamento.

Bem, o meu tempo está acabando.

Aqui está tudo. Depois, eu mostro para os senhores.

Agora, quero que os senhores prestem muita atenção nisso aqui. Essa aqui é a varinha mágica dos alquimistas.

O que é isso aqui? É a famosa formação bruta de capital fixo, que é a taxa de investimento. É esse investimento que vai garantir o meu futuro. O que eu investir hoje é o que vai garantir o meu futuro. Só para os senhores ter uma ideia, se nós quisermos crescer de 4,5% a 5% ao ano, o que para este País ainda é pouco, nós deveríamos ter uma taxa de investimento em torno de 23% a 25% do PIB. Dá uma olhada no que o Brasil investiu nos últimos dez anos. Média do Brasil: 17% do PIB. O maior índice que tivemos foi em 2008, de 18,7%. Vamos comparar com os nossos concorrentes? América Latina, 18,7%. Colômbia está investindo mais, Equador está investindo mais. Olhe o ridículo disso aqui. O mundo todo. Esses não são dados da Abimaq não. São do IBGE e Banco Mundial. No mundo todo, a média dos últimos dez anos foi 23,7%. Agora, vamos pegar Rússia, Índia e China: 34%, o dobro do Brasil. Se nós tirarmos a China daqui... A China está investindo 45% do PIB.

Agora, Srs. Senadores, esse quadro que vou mostrar agora é a consequência disso aqui. Olha o que nós estamos fazendo com este País.

Mostre o próximo.



Ranking de competitividade. Dados do Fórum Econômico Mundial. Em logística, o Brasil está em 41º lugar; telefonia celular, 76º; procedimentos alfandegários, 82º; ferrovias, 87º – isso de 136 países! –; em aeroportos e taxas de juros é o último. Somos campeões! Se aqui nós colocássemos a rentabilidade do setor financeiro, nós estaríamos estourado em primeiro.

Agora vamos ver o lado social que é o que realmente pega? Vamos ver esse lado. Olha aqui em *ranking*. Apesar de o Brasil ser a 5ª maior economia do mundo, de que nos orgulhamos, o nosso PIB *per capita* está no 71º lugar; o índice de desenvolvimento humano está no 73º. No índice de distribuição de riquezas, nós só ganhamos de Botsuana e Haiti. Como é que nós podemos conviver com um país deste se nós não mudarmos a nossa atual estrutura? Expectativa de vida, 76º; mortalidade infantil também. Deem uma olhada aqui qualidade de ensino de primeiro grau, que aqui é a base de tudo. A base de tudo está aqui... Educação, 127º. Qualidade educacional, matemática e ciência, olha isso aí! Isso é reflexo da baixíssima taxa de investimento. E por que? Qual é o caldeirão do mal de nós não investirmos? Qual é o caldeirão do mal? Os três componentes do caldeirão do mal: juros, nós sempre tivemos a maior taxa de juros do mundo. Nós últimos 16 anos e mais este ano, o Brasil pagou dois trilhões de juros da dívida e deixamos de investir em educação. Depois, é cambio. Investimento. O Brasil é o único país do mundo que tributa quem investe.

O senhor vai comprar uma máquina, Senador Luiz, você tem ICM, PIS, Cofins que chega a encarecer, dependendo da cadeia produtiva em quase 36% o investimento, enquanto o capital especulativo, que vem aqui tirar o nosso sangue, é premiado com a maior taxa de juros do mundo.

Então, esse é o quadro atual do Brasil.

Vamos para frente.

Agora deixem-me mostrar isso aqui para vocês, que é fundamental, para concluir com o que o Agnaldo falou da desindustrialização. Aqui no eixo “x”, essa aqui é a renda *per capita* em dólares. Eu tenho cinco mil dólares, dez mil dólares e aí vai. E, no eixo “y”, eu tenho a participação da indústria no PIB.

Dá mais uma clique aí, por favor.

Então, na Alemanha. O que significa aqui na Alemanha? A Alemanha, nas décadas de 70 a 80, a indústria representava do PIB alemão quase que 45% do PIB. E o que acontece em um país ele tem uma renda *per capita* superior a 20 mil dólares, Senador. O que significa? Que as minhas necessidades básicas já estão sendo atendidas. Eu tenho saúde, eu tenho educação, eu tenho a minha casa, eu tenho o meu carro. Quando um País chega a uma renda *per capita* inferior a 20 mil dólares, significa o quê? Que eu já atingi quase o que eu precisava. E aí o que acontece com os países de primeiro mundo. Acontece uma “desindustrialização” que é boa. Por que? O que acontece? O PIB *per capita* vai aumentando, a indústria começa a procurar países onde possa vender carro, geladeira, automóvel. Eu não entrar muito em detalhes, mas todos



os países ricos e com saúde fazem isso. A indústria perde participação no PIB, mas a riqueza *per capita* aumenta. Não significa que a Alemanha deixou de fazer máquina. A Alemanha hoje, e sempre continua sendo, é o maior fabricante de máquinas e equipamentos do mundo. Ela investe bilhões de euros em inovação tecnológica.

Dá mais um clique aqui por favor.

Pega os EUA. Olhem aqui o que a Coreia está fazendo. A Coréia tinha uma pouca participação da indústria no PIB, está fazendo a sua lição de casa, está aumentando o PIB *per capita* e começa a entrar nessa fase de “desindustrialização” boa.

Olha o que a China está fazendo. A China tem quase 50% da indústria formando o PIB. Vamos ver o que aconteceu com o Brasil? E aí está aquilo que o Agnaldo disse, que isso aqui não deixa dúvida nenhuma, não tem quem conteste isso, que o processo de desindustrialização no Brasil já está acontecendo há muito tempo e está e está cada vez mais desacelerado.

Senador, olha esse número aqui. Na década de 70 a 80, a indústria representava 45% do PIB; hoje – e esse gráfico está um pouco desatualizado – nós estamos com menos de 20% do PIB e nós não avançamos em nada na distribuição de riquezas. Em nada! Isso aqui possa claramente esse processo de desindustrialização, da pedra filosofal: mando matéria prima e importo produtos de valor agregado. Esse, o quadro que está aqui e a receita que eu disse para vocês desse pessoal que fez a lição de casa: câmbio, juros, investimentos, fortalecer investimentos e investimento maciço e educação.

O meu tempo está acabando. Eu tenho um minuto e vinte segundos, mas eu vou cumprir o tempo. (*Pausa*.)

Ah, já acabou. Desculpa, é que passa tão rápido.

Consequências do modelo atual. Vamos lá.

É isso aqui: perda de participação da indústria, estagnação do PIB *per capita*, tudo aquilo que eu falei. Uma variável sozinha, isolada, ela não caracteriza um problema, mas todas juntas – foi aquilo que eu apresentei para vocês – caracterizam a desindustrialização acelerada que está acontecendo neste País.

Próximo.

E a conclusão.

Nós estamos passando aqui para vocês, eu vim aqui só mostrar os problemas...

Passe para o próximo quadro, por favor.

Nós precisamos dessas medidas emergenciais aqui para que a indústria brasileira de transformação possa atravessar os próximos dois anos, que serão críticos para nós. Nós precisamos de defesa comercial, isonomia, licenças automáticas... É o que a Argentina está fazendo. A Argentina está careca de fazer isso prejudicando a gente. Preços de conferências; salvaguardas contra a China.



Nós precisamos das contas governamentais, daqueles 25% de preferência sobre o produto nacional; desoneração tributária. Nós temos que desonera totalmente investimento – é simples fazer isso. Crédito imediato da PIS e da Cofns; acabar com guerra fiscal e financiamento. Nós precisamos de financiamento de longo prazo, continuar com o Finame PSI.

Então, essas medidas emergenciais, as nossas propostas, nós estamos distribuindo para todos os senhores aqui. E eu peço desculpas, porque, quando eu faço apresentação, eu faço um desabafo, mas é realmente isso que está acontecendo com o Brasil.

E eu quero deixar uma mensagem. Olha eu acredito piamente senão não estava aqui. Senador o Brasil nunca teve uma oportunidade tão grande de nós transformarmos este País. Nós estamos com tudo na mão, depende dos senhores nós fazermos essas mudanças essenciais que nós tanto precisamos. Dá para mudar esse País. Se nós conseguirmos essa... Não precisa fazer essa reforma tributária. Se começar com essas reformas pequenas, eu não tenho dúvida que, daqui a dez anos, quinze anos, quando nós estivermos aqui dá para mudarmos este País.

Nós precisamos dos senhores para que essa voz, a voz da indústria de transformação seja ouvida. Dá para transformar isso aqui em um País rico, com saúde, desenvolvido e que seja um mundo melhor para todo mundo aqui.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Luiz Aubert Neto.

Ainda bem que ele falou que iria falar pouco para privilegiar o debate.

Eu vou passar a palavra para o Dr. José Augusto Fernandes, Diretor Executivo da Confederação Nacional da Indústria CNI.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – Muito bom dia, Senador Delcídio; muito bom dia, Senador Armando Monteiro Neto, na pessoa de quem cumprimento todos os demais Senadores. É com grande prazer que represento a CNI e o Presidente Robson neste evento.

Eu vou tratar basicamente de cinco pontos:

Primeiro, discutir que o que um país produz faz diferença, um tema que os meus colegas já anteciparam. Segundo, se perguntar o que está acontecendo com a indústria no Brasil. Terceiro, conversar um pouco sobre o efeito China, mostrar o que também já foi mostrado, que o Brasil hoje é um país de alto custo; e, por último, a agenda o que precisamos fazer.

O Aubert falou sobre pedra filosofal. Eu vou ter também a minha pedra filosofal aqui nesse início de reunião.



Vamos tentar imaginar que eu vou transformar esse avião em sucata e que eu vou transformar aquelas pedras de ouro também, por assim dizer, em uma sucata. Assim, eu vou ter um quilo de ouro e um quilo de avião.

Ora o quilo de ouro vai manter todas as propriedades de valor e vai continuar valendo uma fração do quilo de ouro, mas o avião vai custar dez reais aqui na esquina como sucata, um quilo de avião. Por quê? Porque na indústria o valor depende das conexões, depende do conhecimento.

O Aubert mencionou que o conhecimento é infinito, as matéria primas podem ser até finitas. Eu acho que essa é uma dimensão muito importante porque tem uma relação com a questão que vou explorar mais adiante.

Se eu imaginar dois tipos de economia, quer dizer, uma economia com baixa complexidade, em que tenho pequenos nós de relação entre os diversos setores, e uma economia de mais alta complexidade, certamente, um país mais complexo, que tem mais complexidade, ele permite acumular mais competências.

Vou dar um exemplo. Há alguns anos, na década de 1950, o Brasil tentou imitar o MIT e criou o ITA no interior de São Paulo. Ora, o ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica foi a base do conhecimento para a nossa indústria aeronáutica mais adiante, para a Embraer. E vamos pensar a complexidade que é a empresa Embraer ou o complexo aeronáutico, ou a indústria de bens de capital ali naquele ramo de alta complexidade. Ela é complexa em várias dimensões, não apenas as dimensões industriais, mas até as dimensões de serviços. Ou seja, um advogado do setor aeronáutico é um advogado mais complexo do que um advogado de um setor de menor complexidade. A indústria de suporte da área aeronáutica é mais complexa do que uma indústria, se eu estivesse comparando ali com uma indústria, digamos, de banana, ou laranjas e assim por diante.

Então, hoje, poucos sabem que o Brasil é o segundo maior produtor de pás eólicas do mundo. Poucas pessoas sabem disso. A indústria, hoje, é de mais de 400, 500 milhões de dólares no Brasil. Ora, essa indústria nasceu porque fazia hélices para a Embraer. Então, o que estou querendo dizer é que, se vou cortando esses elos, se vou cortando a complexidade, eu reduzo a minha capacidade de crescer. E esse, digamos, é o ponto fundamental dessa discussão sobre desindustrialização. Ou seja, se eu reduzir o grau de complexidade da minha economia, eu reduzo as minhas opções, até porque economias de baixa complexidade existem em maior quantidade no mundo. Todo o desafio do desenvolvimento é transformar a produção em direção a dimensões mais complexas.

Então, quero enfatizar esse ponto, porque a indústria, de alguma forma, se diferencia nessa dimensão.

Por favor.

Ora, a indústria, como já foi mostrado, vem perdendo espaço na economia brasileira. Se comparo em relação ao PIB, se comparo em relação à



participação de emprego, das exportações industriais, do coeficiente de importação, eu tenho um cenário, em geral, de menor importância relativa da indústria.

Por favor.

E vamos tentar explorar um pouco mais isso.

Ora, o PIB industrial perde participação. Eu até diria que esses dados precisam ser vistos com um certo cuidado. Ocorreram algumas mudanças metodológicas no IBGE nesse período, houve o aperfeiçoamento das contas nacionais. Ou seja, a indústria sempre foi bem medida, mas o setor serviços sempre foi muito mal medido no Brasil; ou seja, as aproximações sobre como medir o setor serviços. Então, no passado, talvez tivesse sido superestimado. Aquelas quedas ali são difíceis de explicar. Mas, mesmo quando fazemos todos os ajustes possíveis e imagináveis nesse quadro, ainda há, sim, o registro de uma queda importante da participação da indústria em relação ao PIB.

Por favor.

Há, obviamente, como mencionei, uma perda importante do emprego da indústria. Em alguns momentos isso se deveu a ganhos de produtividade; em outros momentos, momentos mais recentes, as explicações, como veremos a seguir, são outras.

Os manufaturados, também como já foi demonstrado, vêm perdendo uma participação expressiva na nossa composição das exportações. Eles caem em 20 anos, de 54,2 para 39,4.

Por favor.

E, com esse movimento, a indústria vem perdendo mercados, tanto lá fora, ou seja, o coeficiente de exportação da nossa indústria caiu de um pico, em torno de 2005, ou de 18% do PIB para 14,3 e o coeficiente de importação também tem se elevado, especialmente, nos últimos anos.

O que é que explica toda essa tendência de longo prazo da indústria brasileira? Em primeiro lugar, eu diria que são os fatores macroeconômicos, ou seja, perdas expressivas que nós tivemos, notadamente nos anos 80, início dos anos 90, que estiveram associadas à estabilidade macroeconômica da época: o processo hiperinflacionário; os “n” programas de combate à inflação e assim por diante.

Nós temos também, afetando mais recentemente o desempenho da indústria, o padrão de crescimento global. Pelo menos desde meados de 2007 para cá, o mundo que compra produtos industriais brasileiros está parado. Quem está crescendo é a Ásia, e a Ásia não demanda produtos industriais brasileiros ou nós não temos competitividade para atingir o mercado asiático. E a política econômica, nessa tríade – gastos, juros e câmbio –, ou seja, na medida em que uma pressão fiscal estimula taxas de juros mais elevadas, e as taxas de juros mais elevadas atraem o fluxo de moeda, elevando o valor do real.



Há, também, fatores estruturais. Tanto quando eu aumento a produtividade da indústria, quando o Aubert vende mais barato a máquina dele para o setor têxtil, isso significa que, se eu tenho ganhos de produtividade importantes, isso se reflete na participação da indústria em relação ao PIB. Ou seja, há uma queda pelo valor adicionado. Agora, o setor serviços, que em geral é um setor de mais baixa produtividade que o setor industrial, quando ele se expande, ele tende, obviamente, a aumentar a participação no PIB por questões associadas também à produtividade.

Há, também, o fenômeno da terceirização. A indústria, especialmente na década de 90, fez ajustes muito profundos de produtividade, e vários serviços, que antes estavam dentro da indústria, passaram a ser contratados fora, no setor serviços; ou seja, determinados valores que antes eram incorporados às nossas estatísticas passam a ser incorporados às estatísticas do setor serviços.

Temos o problema de custo-produção, que vou explicar mais adiante, e – como o Aubert também mencionou – a elasticidade-renda. Na medida em que as famílias aumentam a sua renda, elas tendem a demandar outros produtos, outros serviços. Hoje, por exemplo, o peso das telecomunicações é muito grande dentro das famílias brasileiras, e isso subtrai renda para outras despesas. Eu diria até que uma agenda importante da indústria é a produtividade do setor serviços. Ou seja, o setor serviços é custo para a indústria, mas é também extração de renda para ser utilizada em produtos manufaturados.

Por favor.

Um pouco sobre o efeito China.

Acho que já foi bastante explorado. A CNI tem tido uma preocupação de acompanhar a evolução da China. Quer dizer, de 28% das empresas brasileiras afirmam concorrer com a China no mercado brasileiro, sendo que desse total, 45% das empresas perderam participação no mercado. Mas é um fenômeno que ocorre dentro do Brasil, e é também um fenômeno que ocorre fora do Brasil. Ou seja, 67% dessas empresas perdem participação na concorrência com a China em terceiros mercados. E, aqui, o mercado industrial brasileiro mais importante é o mercado das Américas mais a Europa. Ou seja, esses são os mercados mais relevantes que temos que observar, pois é uma história completamente diferente do setor do agronegócio e mineração, onde a China é o principal mercado.

O grande ponto que foi sublinhado aqui é que hoje o Brasil é um País de alto custo. Se observarmos aqui nós temos cinco preços fundamentais na economia: temos uma valorização do real frente ao dólar, desde 2003, de cerca de 40%; os tributos nós temos inúmeras distorções, mas qualquer projeto de investimento no Brasil de uma siderurgia é, pelo menos, 20% mais caro do que os seus concorrentes; uma dimensão importante são os salários em dólar no Brasil, que dobraram nos últimos cinco anos, tanto por conta do efeito dólar, quanto por



conta do comportamento dos salários no mercado doméstico – e isso é uma fonte importante de perda de competitividade; a energia, que já foi mencionado que o custo só é inferior ao da Itália; e os juros por estar entre os maiores dos países do mundo.

Olhando o detalhe, aqui temos a dimensão da valorização do real. É difícil encontrar outro país do mundo que tenha algo parecido. A Austrália se aproxima com 25%; ela tem, hoje, uma estrutura também de comércio exterior muito ligada à Ásia, por conta da mineração.

O sistema tributário. Temos problemas antigos e que são inaceitáveis que ainda hoje estejam presentes dentro da nossa estrutura, que é o problema da tributação do investimento e da não recuperação dos impostos. E parece que, talvez, esta seja a agenda mais importante para o Congresso Nacional, porque está entre os seus poderes avançar nos próximos meses.

O preço de energia. Esse quadro, de alguma forma, também já foi mostrado; então podemos passar adiante.

E o custo de mão de obra. Os Senhores observem: comparando o período 2004/2009, que é o período em que nós podemos comparar, em que nós fazemos esse exercício com o exercício do Departamento de Trabalho dos Estados Unidos, o que eles fazem, o Brasil tem um crescimento em dólar extremamente expressivo; ou seja, quase 100%, quando o segundo colocado para esse período é a Itália com 41%. Quer dizer, uma agenda de competitividade no Brasil passa por moderação na questão salarial; passa por moderação na política de salário mínimo. Então são questões importantes que precisam ser enfrentadas pelo País.

Aqui é apenas para mostrar o diferencial importante que é hoje a taxa de juros em relação ao outros países do mundo – e não estou comparando nem com os Estados Unidos e nem com os países europeus, que hoje estão com taxa real praticamente negativa. Agora, apesar de todos esses problemas, nós temos um paradoxo: o Brasil é ao mesmo tempo um País de extraordinárias oportunidades, porque nós temos o próprio complexo do petróleo e gás, que foi mencionado aqui, e que podem ser extraordinárias oportunidades para o desenvolvimento industrial do país. Nós temos oportunidades na área de infraestrutura, que poderão gerar muitas oportunidades de investimentos e efeitos bastante expressivos em competitividade; nós temos uma nova geografia econômica no país – e o Senador Armando conhece bem o que está acontecendo no seu Estado natal: são transformações importantes.

Outro dia eu participava de um debate e dizia o seguinte: não, o paradoxo é que, na parte da manhã, eu recebo muitas vezes investidores entusiasmados com o país, falando sobre projetos de investimentos; e, na parte da tarde, é a parte dos entraves. Então é muito comum eu receber, por exemplo, um diretor de uma multinacional instalada no Brasil, em que ele atrai, ele vem com o diretor da matriz para que o convença de que o Brasil vai ter condições de



discutir a sua agenda, porque esse diretor da matriz está pensando em fechar a empresa dele aqui no Brasil, porque quando ele olha a planilha de custos dessa empresa no Brasil e compara com a Europa Central e compara com a Ásia, ele se pergunta: Qual é o futuro industrial do Brasil nos próximos cinco, seis anos? E aí, um dos participantes dessa mesa, disse o seguinte: Não, eu vou lhe dar uma sugestão, já que os problemas são tão difíceis de serem resolvidos no Brasil: o senhor só deve trabalhar na parte da manhã.

Então, o que nós podemos fazer? Acho que temos, obviamente, o problema da China, mas a nossa agenda, o que nós podemos fazer está sob nosso controle. A agenda do custo Brasil já foi explorada aqui pelos nossos colegas, mas existe uma questão chave que é a questão da desoneração de investimento-exportação. Esta é a prioridade número um, neste momento.

O segundo é resolver as assimetrias competitivas. Quer dizer, é inaceitável nós termos incentivos fiscais ao ICMS nas importações. Isso é algo que tem que ser trabalhado. Se nós temos uma agenda de superação de obstáculos, nós temos também que transformar a estrutura industrial. A estrutura industrial brasileira ela tem sido muito estática também. Quando você olha a fotografia dela em vinte, trinta, quarenta anos ela não muda muito; mas ela tem que mudar via inovação.

Outra agenda é a política macroeconômica – e aqui eu não diria tríade, pois eu tenho que passar pela agenda de controle de gastos, para que eu possa ter o equilíbrio necessário em relação às taxas de juros e câmbio.

Defesa comercial.

Também já foi explorado aqui pelos representantes anteriores.

Negociação comercial. Dada a importância das Américas para a indústria brasileira, eu tenho que ter uma estratégia extremamente ofensiva em relação a todo o conjunto das Américas. E aqui entenda-se: da Argentina ao Canadá, porque este é o mercado eminentemente de produtos manufaturados.

E, por último, a complexidade dessa agenda passa por uma coordenação internacional, por uma postura muito ativa do Brasil no G 20, especialmente em relação às novas regras financeiras que regem o mundo.

Finalizando, a expressão síntese é sentido de urgência, o relógio, o tempo econômico é diferente do tempo político, e o atraso nessa agenda poderá ser grave para as nossas possibilidades futuras. Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. José Augusto Fernandes, Diretor Executivo da CNI.

Passo a palavra, agora, ao Dr. Sérgio Marques, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Couro e Calçados, representando a Srª Eunice Cabral, Presidente da Conaccovest.

Antes eu queria anunciar aqui a presença do ex-Governador Germano Rigotto, Deputado Federal, um homem qualificado e que honra, com a



sua presença, esta audiência pública. Registrar também, pois esteve aqui presente no início desta reunião, o comparecimento do Deputado Federal Roberto de Lucena, do PV de São Paulo; e do nosso querido Deputado Federal Paulinho da Força, do PDT de São Paulo, que precisou se retirar, ele estava aqui presente juntamente com o Miguel Torres, que é o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e Mogi. Mas, como ele já tem outra agenda, é por isso que eles não puderam acompanhar esta audiência pública durante todo esse tempo.

Agora, passo a palavra ao Dr. Sérgio Marques.

O SR. SÉRGIO MARQUES – Bom dia, Sr. Senador Delcídio do Amaral; bom dia, Sr. Aguinaldo; bom dia a todos os Srs. Parlamentares; aos companheiros e às companheiras:

Infelizmente a Eunice não pôde participar porque ela teve que participar de outro evento. E, de antemão, parabenizar o evento que aconteceu ontem em Curitiba, da Frente Parlamentar Têxtil, que está sendo itinerante e é de muita importância. Inclusive, eu estava conversando com o Paulinho para gente levar essa Frente para São Paulo também, para discutirmos.

Quero, também, parabenizar o evento do setor metalúrgico, juntamente com o Paulinho e o Miguel, que a Fiesp fez em São Paulo; foi um evento maravilhoso chamado Mobiliza Brasil, que é exatamente falando sobre esse processo de desindustrialização da indústria nacional.

Eu tinha aqui alguns dados técnicos, mas como 70% é semelhante ao que o Aguinaldo apresentou, então, encurtarei meu tempo.

Quero atentar para um aspecto. Estamos falando em juros, em impostos, tributos, nós, trabalhadores, gostaríamos de falar em relação ao emprego, que é uma parte que, com certeza, se perdermos a nossa indústria, seremos os maiores afetados, os trabalhadores, o povo brasileiro será o maior afetado.

Quero ressaltar que, por exemplo, há 15 anos, com a visão que estamos tendo hoje das importações, nós convocamos um evento, em São Paulo, que era contra o produto importado de má qualidade, isso há 15 anos. Então, convocamos algumas empresas, alguns empresários, vários trabalhadores, e pouco fomos ouvidos naquela hora em que falávamos do produto de má qualidade. Hoje já temos que ter um combate, não ao produto de má qualidade, porque o produto está vindo de boa qualidade. Inclusive, eles fazem estágio aqui, no Brasil, pegam o nosso *know how* e levam para eles. Então, há 15 anos, já tínhamos essa visão.

Se a Eunice estivesse aqui iria ressaltar a importância que no setor têxtil, 80% da mão de obra é feminina. Então, é a dupla jornada. E aqui se falou muito sobre o custo Brasil e nós, trabalhadores, gostamos de ressaltar que, dentro do custo Brasil, o trabalhador é o que menos encarece, o trabalhador pessoa física é o que menos leva o seu dinheiro para a casa. Ele pode custar caro para a



empresa, mas não o salário que ele recebe. Então, tenho aqui alguns dados que demonstram que, hoje, no setor de vestuário, os homens têm uma média de salário em que 52% não ultrapassam dois salários mínimos; 65% das mulheres também não ganham mais do que dois salários mínimos. E isso dá uma média de 61% do setor de vestuário, 61%. Então, quer dizer, quando se fala em custo Brasil, queremos ressaltar que o trabalhador em si, a sua remuneração, não é o que está dificultando as empresas. As outras taxas, como mencionaram, é que temos que discutir mais à frente.

Também falar aqui, como estamos falando do setor emprego, que tivemos, no passado, no setor de sindicados as formações profissionais, que são de relevância para o setor. Hoje temos que ter uma mão de obra muito bem qualificada e tivemos exemplos nos setores em que tínhamos formações profissionais no sindicato, com uma pequena parcela do FAT, em que 70% dos trabalhadores qualificados e requalificados no sindicato já saíam praticamente empregados. E hoje temos algumas instituições, nem todos os segmentos, mas, por exemplo, o Senai do setor têxtil e vestuário, que está servindo como matéria curricular para os jovens.

Então, Srs. Senadores, empresários, temos que verificar o que podemos fazer. O jovem, para não procurar um curso técnico mais caro, vai no Senai e poucos deles se preocupam em sair do Senai formados e prestar o seu serviço na indústria. Então, estamos tendo um curso nosso, de formação dos nossos trabalhadores do Brasil, que não está sendo para mão de obra. Temos que trabalhar junto com a Abit, com o Sinditextil, com os parlamentares, para verificar o que podemos melhorar nessa formação no Brasil. E é importante o combate à pirataria. Como falei, há tempos, estávamos de pirataria, de produtos de má qualidade e agora temos que combater o produto ilegal, o contrabando e, recentemente, na região de São Paulo, no Brás, a sede do Sindicato é no Brás, vizinhos a nós, ali no centro do Brás, a Polícia Federal, juntamente com um membro da Abit, fizeram uma diligência e apreenderam mais de vinte contêineres de produtos piratas, contrabandeados que, segundo informações, deixaram de gerar de impostos para o Brasil R\$1,5 bilhão.

Então, é isso que nós temos que, com a frente, com os empresários combater. E nós, trabalhadores, somos os primeiros a estar nesse movimento. Eu cito aqui um exemplo, como o companheiro Luiz aqui falou, sobre as partes importadas. Há alguns meses eu fui comprar uma bolsa para minha esposa e estava lá bolsa Ana Hickmann, na Primicia. Fomos lá comprar. Ela gostou, muito bonita, pegou. Quando eu peguei, a primeira coisa, olhei a etiqueta, *made in China*, Ana Hickmann *made in China*. Eu perguntei ao vendedor: mas, como que *made in China*? “Não, o *design* é brasileiro, mas o produto é chinês”. Eu disse: ótimo, parabéns para vocês!

Então, nós queremos estar inseridos, participando disso e, como passou aqui meio despercebido também, um trabalho muito importante que nós,



em São Paulo, estamos sofrendo é a guerra cambial dentro do Brasil, as empresas que saem de determinado local e vão para outro. Então, nós estamos tendo desindustrialização nos Estados. Por exemplo, em São Paulo, nós estamos perdendo muitas empresas para o Mato Grosso. Me perdoem aqueles que são aqui representantes do Estado de Mato Grosso, mas é isso que está acontecendo. Se nós estamos querendo fazer uma política de defender a empresa nacional, nós devemos dar condição igualitária para todos os Estados. Então, nós temos que ter uma política de incentivo ou de redução de tarifas por igual para todo o País e não em Minas é zero, Curitiba, dois, Santa Catarina não tem, em São Paulo, doze – dizem que é sete, mas não é. Então, nós temos que fazer isso e nós, trabalhadores, com certeza, queremos estar juntos nisso.

Voltando aqui a algumas coisas que falaram, hoje nós temos o maior produtor de algodão, o segundo gerador de emprego, o sexto produtor de vestuário no mundo. Então, quer dizer, nós temos qualidade e competitividade.

E, para encerrar minha fala, eu gostaria de usar um *slogan* que nós usamos na nossa campanha lá em São Paulo: “Do algodão à passarela. O setor têxtil brasileiro em primeiro lugar”.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. Sérgio Max, Vice-Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias do Setor Têxtil, Vestuário, Coro e Calçados.

E eu vou passar agora para os dois primeiros oradores inscritos, Senador Luiz Henrique e Senador Armando Monteiro, autores do requerimento.

Aproveito para cumprimentar também o Deputado Federal pelo PT São Paulo Carlinhos Almeida.

Com a palavra o Senador Luiz Henrique.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, Srs. palestrantes, Sra's e Srs. Senadores, eu quero ser bem objetivo no sentido de fazer uma proposta, uma proposta de constituição de uma agenda nacional para a defesa do emprego e da indústria de transformação. Essa agenda passaria por quatro itens: primeiro, a unificação dos movimentos. Nós temos um movimento pela competitividade, temos o movimento Brasil Eficiente, temos a Frente Parlamentar da Indústria Têxtil, que se constituísse um só movimento em defesa do emprego e da indústria nacional, englobando lideranças empresariais e de trabalhadores e que o ato de constituição desse movimento único coincidisse com o lançamento de uma carta aos brasileiros. Uma carta em defesa da indústria e do emprego nacional.

A segunda proposta é no sentido de que uma grande campanha publicitária dê segmento ao lançamento dessa carta, dê suporte ao lançamento dessa carta, para que esse movimento tenha, efetivamente, apoio da população.



Quando o setor empresarial se uniu em torno de um movimento único, produziu o resultado que objetivava, e o ex-Governador Germano Rigotto, que nos dá a honra da sua presença, era meu colega, Deputado Federal à época, e sabe muito bem isso. O governo autoritário, que prendia e arrebentava, como dizia o Presidente Figueiredo, não teve força para mexer nos portos, e a legislação portuária era um dos grandes entraves à competitividade nacional. Os empresários brasileiros fizeram movimentos pela modernização dos portos. Muitos dos senhores devem se lembrar disso e devem ter participado disso. O movimento era coordenado pelo empresário Jorge Gerdau. Esse movimento foi tão forte e teve um envolvimento tão grande em relação aos parlamentares, esse movimento teve uma repercussão tão forte na rua que, em regime democrático, conseguimos aprovar uma lei modernizadora dos portos que nem no regime autoritário fora possível. E essa mobilização dos empresários passou também pela designação das seções estaduais da Confederação Nacional das Indústrias, as federações estaduais, organizarem grupos de empresários para convencer cada Deputado e cada Senador. Nós, de Santa Catarina, fomos pressionados pelos empresários de Santa Catarina, os do Rio Grande pelos do Rio Grande, e assim por diante, e se produziu, rapidamente, uma lei, se não é ideal, melhorou significativamente o sistema dos portos brasileiros.

O terceiro item da agenda seria a programação de atos públicos como esse que recebi agora do Deputado Paulinho, que a Força Sindical e a CUT vão realizar em São Paulo, dia 8, mas uma agenda de atos públicos que não passe por um ato isolado, de atos públicos que perpassem todo o Brasil e que coloque lado a lado, caminhando, numa marcha, o empresário e o trabalhador.

E, por último, eu proporia uma série de audiências nas diversas áreas ministeriais que não envolveriam simplesmente a área econômica, envolveria a educação, a ciência e tecnologia, que gerem grupos de trabalho como a audiência que realizamos com o Ministro Mantega, promovida pela ABIT, Associação brasileira da Indústria Têxtil, que está tendo consequência em uma discussão de itens, inclusive aquele que é fundamental de um privilégio fiscal e legal à indústria de confecção.

Então, seriam esses quatro itens que eu queria propor. Não vou me referir à questão da baixa competitividade da indústria nacional, nem à carga fiscal, nem à política de juros, nem à ciclotimia do câmbio, porque isso foi extraordinariamente já explicitado aqui pelos senhores debatedores, simplesmente proponho uma agenda proativa para que essa audiência pública tenha consequência. Senão, daqui a um ano, vamos fazer nova audiência pública e o processo de desindustrialização continuará acelerado, talvez até liquidando o nosso parque industrial.

Era isso, Sr. Presidente.
(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Luiz Henrique.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Presidente Delcídio, Srs. Senadores, Srªs Senadoras, eu acho, Presidente Delcídio, e permita-me registrar isso, menos pelo mérito da iniciativa do nosso companheiro, o Senador Luiz Henrique e a nossa, como subscritores do requerimento desta audiência, eu quero dizer que tenho a convicção de que hoje se travou um debate muito importante nesta Comissão, a de Assuntos Econômicos, que tem estado, sob a Presidência de V. Ex^a, sintonizada com os grandes temas da agenda nacional. Mas creio que, hoje, pelo brilho das exposições, sobretudo pelo caráter, vamos dizer, assertivo dessas exposições, nós podemos, aqui, discutir e conhecer os aspectos desse processo que, a meu ver, envolve mais riscos em relação ao futuro, a curto e médio prazos, do que propriamente ainda a configuração de uma situação dramática no presente. Mas, se não tivermos a capacidade de ajustar, no Brasil, o tempo político às pressões do tempo econômico, que evidentemente não esperam para que o Congresso Nacional, e muito menos o Poder Executivo, com os seus bior ritmos, possam, efetivamente, alcançar a urgência, emprestar um sentido de urgência a essas agendas, aí sim o Brasil estará, a meu ver, condenado a perder posições e quem sabe, a comprometer um patrimônio de gerações, que está representado por uma plataforma manufatureira, que foi construída ao longo de décadas e de gerações e que representa um dos grandes ativos deste País.

Eu creio que ninguém questiona a importância de crescer pela indústria. A indústria tem uma força transformadora. A indústria impacta fortemente a produtividade global da economia. A indústria é o caminho para elevar a renda, para fazer a disseminação do conhecimento tecnológico, para formar o capital humano. Então, não há, verdadeiramente, um padrão de crescimento mais qualificado que não passe pela indústria.

Mas, acompanhando essa preocupação do Senador Luiz Henrique, de que os diagnósticos já foram trazidos com números e até de uma forma contundente, de que há uma ameaça no nosso horizonte, creio que o que se deve discutir é o seguinte: qual é a agenda que temos de enfrentar? Quero dizer que tenho, muito particularmente, muita preocupação, exatamente por saber que, no Brasil, raramente o tempo político se ajusta às pressões do tempo econômico. E também há um conjunto de circunstâncias. A primeira delas: o Brasil é um País que tem um déficit de poupança, consequentemente a importação da poupança, que é um caminho para que o Brasil continue a sustentar uma taxa de investimento razoável, será sempre um fator para pressionar a taxa de câmbio, no sentido da valorização.

Por outro lado, o imenso potencial que o Brasil tem na área das *commodities* agrícolas e minerais, e considerando que o fenômeno China nos



colocou no contexto a economia global um novo quadro, que se caracteriza por um processo de valorização dessas matérias-primas e, ao mesmo tempo, uma queda de preço dos bens industriais, um dos fatores que vêm sendo observados no mundo, em decorrência do impacto do efeito China, é uma queda significativa dos preços dos bens industriais em decorrência da grande escala de produção da China e dos custos, dos baixos custos de produção que aquele país tem. Então, imaginem um cenário em que nós teremos provavelmente uma taxa de câmbio sempre apontando para uma apreciação, na medida em que esses fatores conduzem a isso, e, por outro lado, a emergência de um *player* que tem o peso, hoje, no comércio internacional, como a China que, pela sua escala de produção, Presidente Delcídio, o fenômeno China, quando traduzimos em números é algo impressionante no campo da indústria. Há 20 anos, mais ou menos, a China produzia 20, 25 milhões de toneladas de aço. Hoje a China produz já 650 milhões de toneladas de aço, algo como 15 vezes mais do que o Brasil produz hoje. E nós tínhamos mais ou menos a mesma produção.

Para pegar o exemplo de calçados, em que o Brasil tem condições extraordinárias como produtor de matéria-prima, o Brasil produz menos de um bilhão de pares de sapatos por ano, 950 milhões, algo assim, e a China já produz 13 bilhões de pares de sapatos. Então, diante desse contexto, desse quadro internacional, o Brasil precisa, realmente, enfrentar essa agenda com o sentido de urgência, e eu acho que temos aí algumas questões que precisam ser discutidas.

Eu não vi, nas exposições, uma avaliação de entidades com o peso da Confederação Nacional da Indústria, da Associação Brasileira da Indústria Têxtil, da nossa Abimaq, uma avaliação sobre a política de desenvolvimento produtivo. O Brasil vai, agora, para a terceira etapa do que se chama uma política industrial. O Governo promete lançar a terceira fase da política industrial dentro dos próximos dias. Eu pergunto: que avaliação os setores aqui representados fazem dessa política que está para ser anunciada? Que tipo de participação o setor privado pôde oferecer, que contribuição pôde oferecer a esse debate? E como essa política de desenvolvimento produtivo dialoga com esses desafios que estão colocados que, a meu ver, nos coloca uma dupla agenda, uma agenda que é de superação do passado por esse conjunto de ineficiências que o Brasil ainda tem, e que passa pela questão tributária, questões que nós já conhecemos, mas, ao mesmo tempo, a necessidade de uma agenda nova, uma agenda que tem de nos levar ao futuro, uma agenda de desenvolvimento de competências e que tem na educação, na inovação, um pilar fundamental?

Então, pergunto: como essa política industrial poderá também responder a esses desafios que temos pela frente?

Como propôs o Senador Luiz Henrique, acho que nós precisamos fazer uma mobilização. A sociedade não percebe ainda essa questão, na medida em que o Brasil tem, hoje, taxa de desemprego baixa, um ambiente de razoável equilíbrio na questão macroeconômica, o País continua crescendo, então,



precisamos, sim, fazer uma campanha para, de comunicação com a sociedade, apresentar, sobretudo, os riscos que estão colocados para a indústria.

Então, eu gostaria de deixar esta questão: como podemos construir uma política industrial que responda esses desafios que estão colocados diante de nós?

Com relação à reforma tributária, esta Comissão, a nossa CAE, criou, por determinação do Presidente Delcídio, uma Subcomissão que faz a avaliação do sistema tributário com vista à reforma. Ontem, o tema que discutimos aqui, sob a presidência do Senador Aloysio Nunes, foi exatamente desoneração dos investimentos. Tivemos aqui a participação de um representante da Abimaq, o Dr. Sato, e do Clóvis Panzarini, um tributarista de grande renome.

Portanto, meu caro Senador Delcídio, essa questão da desoneração do investimento se coloca como uma necessidade urgente para o País. E podemos realmente avançar.

Na área dos tributos federais, nós avançamos nos últimos anos. Já temos uma ampla gama de bens de capital que não têm mais a tributação do IPI. O crédito do PIS/Cofins já se faz num prazo mais curto: 12 meses. Nós tínhamos, há alguns anos, 48 meses para fazer o crédito. Acho que temos que fazer agora o crédito automático na aquisição de bens de capital, mas temos uma questão complexa ligada ao ICMS. Aí é que temos uma dificuldade maior. O prazo é longo – 48 meses – para o crédito do ICMS e é uma questão sensível porque toca diretamente aos Estados.

Mas eu gostaria que nós pudéssemos assumir aqui, na Comissão, o compromisso de consagrar essa questão da desoneração do investimento como uma bandeira fundamental desse movimento que vai permitir que o Brasil se coloque, no futuro, em condições mais razoáveis de competitividade.

Então, quero deixar aqui uma palavra de reconhecimento a este momento em que estamos vivendo aqui, na Comissão. Acho que essa é a agenda real do Brasil. Às vezes, perdemos tempo com uma agenda oficial do País, mas acho que essa é a agenda real do País. Acho que esta Comissão e esta Casa podem dar uma contribuição importante.

Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Armando Monteiro.

Não tenho dúvida alguma – é só reiterando – de que a Comissão de Assuntos Econômicos será efetivamente a Comissão do grande debate – o debate pela competitividade, o debate pela desoneração dos investimentos, o debate do pré-sal, o debate das dívidas dos Estados, o debate também da Resolução nº 72, que está tramitando aqui, que é um grande problema que tem que ser mitigado, especialmente, para atender alguns Estados. Sem dúvida, essa é a nossa pauta este ano. E vamos ter que persegui-la.



V. Ex^a falou uma coisa muito importante: a pauta real e não a pauta oficial. A pauta real do País é essa que nós estamos debatendo aqui, discutindo aqui.

Só para ser objetivo, há mais três Senadores inscritos. Eu vou passar, agora, a palavra para a Senadora Ana Amélia e, depois, ao Senador Ferraço e ao Senador Blairo, por cinco minutos cada um. Depois, em havendo pergunta, a Mesa responderá. Eu chamo um a um, até porque também sei que vários Senadores já têm outras agendas logo em sequência, nesse mundaréu de trabalho que temos enfrentado.

Passo a palavra para a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente Delcídio Amaral. Eu quero cumprimentar os expositores, representantes do segmento industrial brasileiro.

Confirmando pelos dados, que são inquestionáveis, o processo de desindustrialização do País. Eu encaminho, então, objetivamente as perguntas aos expositores.

Ao Dr. José Augusto Coelho Fernandes, representante da CNI: as próprias exportações já estão revelando esse processo de desindustrialização na queda que a cada ano estão registrando, mas o comércio exterior aplicou em algumas situações aqui no Brasil alguns mecanismos que acabaram provocando uma guerra fiscal. Não é esse o motivo da minha pergunta, e, sim, a questão relacionada ao Projeto de Resolução do Senado nº 72, de 2010, que foi debatido aqui e que prevê uma equalização de alíquotas do ICMS, visando resolver o problema com o objetivo de “fortalecer a indústria nacional”.

Não sei como a importação faria isso, mas queria a opinião da CNI a respeito da Resolução nº 72, de 2010.

Queria saber também do senhor se... Anualmente a CNI apresenta uma agenda legislativa. Dessa agenda legislativa de 2011, quanto dela foi encaminhado, teve andamento, o que os senhores imaginam que possa, até o final deste exercício legislativo, ser feito.

Para o Dr. Aguinaldo Diniz Filho, que representou o setor têxtil, a situação é aguda não só no setor têxtil, mas também no setor coureiro calçadista. E eu falo porque sou do Rio Grande do Sul, onde dizimaram muitas indústrias, primeiro pela concorrência chinesa, que foi muito abordada aqui, e também pelo câmbio.

O Brasil entrou com uma ação antidumping na OMC, que determinou que o Brasil pudesse cobrar uma taxa de 13 dólares ou 13,85 por par da China.

O que a China fez espertamente? Começou a enviar o mesmo calçado para outros países, a chamada *circumvention* ou triangulação.

Até agora não se viu nenhum gesto muito concreto do governo brasileiro em relação a aplicar também a esses países, dentro da OMC, regras iguais para evitar esse problema.



O senhor também falou sobre a questão – e a pergunta depois eu vou dirigir ao Sérgio Marques – do número de trabalhadores que esse setor emprega: oito milhões.

Pela crise que o setor está vivendo, já começa a haver um desemprego. As empresas estão enxugando e se adaptando ao mercado. Nesse caso, como se justifica o fato de que o Ministério do Trabalho, a cada mês, mostra que há um aumento do emprego? Para onde está indo esse emprego em relação a isso?

São essas as minhas questões para o setor.

Não é nova essa pauta da desindustrialização. Desde que o processo cambial vem apresentando esse descompasso, isso acabou provocando, também no plano do comércio exterior, que o Brasil passe a ser um exportador de matérias-primas e não de valor agregado. E os governos, os presidentes de todos os partidos vêm falando muito da importância de abrigar valor agregado. Falaram muito na questão da Vale do Rio Doce, na questão de minério, mas a gente também não viu uma ação mais efetiva em relação a isso.

Ao Dr. Luiz Aubert Neto, o senhor abordou muito a questão da China, mas o Mercosul, especialmente o meu Estado, o Rio Grande do Sul, está sofrendo amargamente com a concorrência da Argentina. Por quê? Porque, além de ser um Estado exportador, ele está produzindo bens, máquinas agrícolas por exemplo, com um valor que lá é 60% mais barato. E agora, por conta dessas barreiras das emissões das licenças prévias em que a Argentina está demorando, não automáticas, o que está acontecendo? Com o câmbio e todos os custos que nós temos, a indústria de máquinas está indo para a Argentina. Então nós estamos nesse dilema, o Estado passa a sofrer as consequências.

E ao Sérgio Marques eu queria renovar essa questão.

Agora, queria saber também do Dr. Luiz Aubert Neto e do Dr. Aguinaldo.

O BNDES, a rigor, deveria ser, como se diz no nome, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, mas é desenvolvimento, fomento. Setores que estão vivendo conjunturalmente uma situação complicada, eu queria saber se o BNDES como instituição com essas características, que achou com muita facilidade R\$4,5 bilhões para estimular a fusão de um supermercado, o Pão de Açúcar com o Carrefour, tem dado o necessário aporte técnico e financeiro para os setores, especialmente no caso dos têxteis e no caso do setor de equipamentos.

E para o Sérgio a questão é essa do emprego: como se justifica que haja esse risco de desemprego e, ao mesmo tempo, o Ministro Carlos Lupi vem anunciando aumento de formalização do emprego?

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.



Com a palavra o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Sr. Presidente, se V. Ex^a autorizar, eu queria saudar com muito entusiasmo a presença do nosso ex-Governador, querido e fraterno amigo, com quem tive o prazer de compartilhar um esforço muito grande à época, em razão da nossa sempre permanente, necessária, inadiável reforma tributária, na Câmara dos Deputados. É com muita alegria que eu reencontro esse velho companheiro – velho no sentido da experiência. É com muita alegria que encontramos aqui nosso ex-Governador, ex-Deputado Germano Rigotto.

Quero cumprimentar nosso convidados e dizer, Sr. Presidente, que esta me parece ser uma oportunidade para que possamos ouvir, sobretudo do representante da CNI, a visão da Confederação Nacional da Indústria a respeito do papel do BNDES nessa agenda e nesse extraordinário dever de casa que o nosso País precisa fazer. Não tive oportunidade de assistir, mas a Abimaq, o Dr. Albert, fez aqui todo um desenho e todo um roteiro de uma agenda necessária para que nós possamos ampliar a participação da indústria nacional nos esforços brasileiros.

A minha pergunta é qual é a visão da CNI a respeito do PSI, um programa de sustentabilidade e investimento que em bom tempo foi implantado como medida anticíclica, para que nós pudéssemos encontrar um modelo próprio, nacional, para enfrentamento daquela crise conjuntural. Esse programa não só se mantém, como também, a todo momento, recebe reforços. Na semana passada, o Senado da República aprovou mais R\$55 bilhões para esse programa, que capta recursos no mercado a 12% e empresta a 6%. Esses recursos, a seu juízo, estão sendo empregados na direção de o banco, efetivamente, cumprir o seu papel para que a nossa indústria possa buscar todo esse desenho necessário no campo da inovação, da ciência, da tecnologia, da competitividade? Na medida em que estamos perdendo competitividade, qual seria o papel para o BNDES, nesse contexto e que recomendações, que sugestões a CNI poderia dar para que esse programa pudesse oferecer esse tipo de readequação e de inflexão? Assim como a Senadora Ana Amélia, não vejo nenhum sentido estratégico em subsidiarmos, em entrarmos com capital, o Governo participar da fusão de duas redes varejistas. Não vejo sentido algum nisso, mas quero ouvir a opinião da CNI a esse respeito.

Da mesma forma, também queria ouvir um pouco mais a CNI, porque temos debatido nesta Comissão o peso dos incentivos fiscais para as importações e o impacto disso na chamada “desindustrialização” brasileira. Nós recebemos aqui na semana retrasada o Professor Luís Paulo Rosenberg, que apresentou um trabalho detalhado, minucioso, provando, por A mais B, mais C, mais D, mais E, que os incentivos fiscais regionais que, de certa forma, beneficiam a importação são absolutamente irrelevantes até por que estamos importando 90% de insumos e combustíveis para alimentar a indústria brasileira, na visão do Dr. Luiz Paulo Rosenberg, que apresentou os dados aqui, chegando à conclusão



de que se está havendo aumento de importação e, portanto, concorrência desleal à indústria nacional, é em razão do câmbio e em razão do próprio crescimento econômico brasileiro, do nosso PIB. Quer dizer, na ausência desses insumos que são importados, a nossa indústria teria condição de suprir a necessidade desses insumos, para que o Brasil mantivesse esse nível de crescimento? Disse aqui o professor e economista Luís Paulo Rosenberg que esses incentivos fiscais não representam mais do que 1% de todo o ICMS nacional.

Então, eu gostaria que o senhor detalhasse isso, porque eu vi que em uma de suas transparências, a que trata da agenda para crescer mais e melhor, entre tantos desafios, está lá colocado “incentivos fiscais”, ICM para as importações. Esse tema não foi abordado com muito fervor, fiquei com a impressão de que há uma concordância entre a posição da CNI e a posição do Professor Luís Paulo Rosenberg. Se não há, ficou a impressão, até porque há um requerimento nosso para que possamos fazer um debate aqui entre aquilo que pensa a CNI e esse trabalho que foi apresentado pelo Professor Luís Paulo Rosenberg. Nada melhor no debate do que o contraditório e as posições claras para que pudéssemos dirimir, por conta de estarmos na ante-sala de uma reforma tributária que não é reforma, que pensa apenas em mudar o sistema de incidência de ICMS. Evidentemente que nenhum de nós, como brasileiros, pode ser contra a redução da carga do ICMS de 12 para 2, para 3, para 4... Mas acreditamos que é preciso analisarmos isso com um pouco mais de cuidado, porque Estados, como o do Senador Delcídio, serão fortemente atingidos por essa decisão. O meu também, porque nos organizamos em torno disso e pensamos que é preciso ter uma transição para que saímos desse sistema para um sistema ainda melhor.

Creio que precisamos fazer esse debate aqui na Comissão, Sr. Presidente. Pela reação da plateia e pelas cabeças que estamos vendo aqui, há necessidade de debatermos esse tema especificamente. Nada melhor que trazermos aqui a CNI, o economista Luís Paulo Rosenberg e as empresas importadoras e exportadoras, para que possamos fazer um debate em torno desse tema, que é um tema muito importante não apenas para o Estado de V. Ex^a, como para o meu e o do Senador Luiz Henrique. Temos muitos Estados que estabeleceram a sua estratégia, que potencializaram a sua vocação em torno desse tema. Esse tema tem que ser debatido e gostaria de ouvir os dados e aquilo que a CNI pensa a esse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Ferraço. É bom fazermos esse debate, porque o que vi de gente sacudindo a cabeça, é brincadeira.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Vamos trazer as partes aqui, para que os Senadores possam emitir e possam chegar ao seu valor de juízo.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Claro, sem dúvida nenhuma. É isso mesmo.



Com a palavra o último orador inscrito, Senador Blairo Maggi.

Quero comunicar à Mesa que serei implacável com o tempo nas respostas. Implacável!. Três minutos.

Senador Blairo Maggi.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Sr. Presidente, ainda bem que é só nas respostas, as perguntas ainda estão livres.

Cumprimento o nosso Presidente Delcídio do Amaral, os nossos convidados e, especialmente, meu amigo Rigotto. Somos parentes, somos primos. Tivemos oportunidade de, quando Governador do Rio Grande do Sul e eu de Mato Grosso, ter vários contatos e conseguimos achar nossas bisavós, que eram irmãs, ali para trás.

Sou gaúcho, a Senadora está invocando comigo.

Quero rapidamente dizer que, de tudo que ouvi aqui, todas as reclamações são procedentes. Temos várias formas de resolver, parcialmente, os problemas da nossa indústria, mas a que considero mais urgente e mais importante é a questão cambial. Além das reformas, além de tudo, das salvaguardas, penso que, se o Executivo não der uma atenção à questão cambial, nesse momento eu poderia até fazer uma afirmação de que o câmbio ou o dólar vai acabar com a economia brasileira, de tal forma que não temos mais ação, mais o que fazer.

Tenho certeza de que as indústrias já se ajustaram nos seus custos, cortaram, tentaram ser mais eficientes, e têm quase que uma outra indústria tributária dentro da sua indústria, para tentar encontrar fórmulas de se compensar, aqui e ali, porque também a voracidade do sistema de cobrança do imposto é muito grande. Mas se o Governo não tomar uma decisão de fazer um enfrentamento na questão do câmbio, o nosso futuro é negro. E não adianta só o Governo dizer que é o mercado internacional, é a conjuntura internacional. Eu também entendo que há uma grande razão de ser, que é a questão macroeconômica mundial. Mas, também, se não é para ter governo para proteger o seu país e fazer a sua política, então não precisa de governo. O Governo tem que interferir nos momentos mais cruciais e difíceis e dizer: daqui para frente, não tem mais como aceitar o jogo que está aí.

Eu vejo o Ministro Mantega. Acho que é a terceira, a quarta ou a quinta vez que ele afirma a mesma coisa: "Eu tenho mais bala na agulha e vou fazer alguma coisa". Mas ele fala e não faz nada. E o câmbio, o dólar, só se deteriorando à frente da moeda brasileira, que é o nosso Real.

Há especialistas em câmbio – a CNI está aqui, está todo mundo aqui – que falam de câmbio até 1,20, 1,30. Nós não estamos mundo longe disso. No momento que acontecer isso, nós vamos ver o outro lado que hoje sustenta a balança comercial brasileira, que é o agronegócio, lá dentro da porteira da fazenda, ser extremamente afetado, sem condições de continuar produzindo e de ser competitivo, embora os preços internacionais bons, inflados, do jeito que estão



aí. Algodão, soja, milho, tudo está com preço bom. Têm caído nos últimos dias, mas nada que não seja normal para o mercado. Se esse câmbio continuar a descer, a indústria de fiação, a indústria de transformação não terá a matéria-prima para tocar a sua indústria depois, porque o produtor vai entrar em um processo novamente de perda de competitividade, de perda de receita, e passa a ficar em débito com o mercado, não dá conta de pagar as suas contas.

Então, a situação que estamos vendo aqui na questão do câmbio é muito delicada, está muito além do que a simples desnacionalização da indústria brasileira.

Para os senhores terem uma ideia, eu comprei, a minha empresa, poucos meses atrás, comprou pá carregadeira e patrol que estão vindo da China a um terço do preço das nacionais. Há um preço colocado aqui, com imposto pago e tudo mais. E também já há algumas indústrias brasileiras que criaram outra marca paralela, uma “ling ching” qualquer da vida, e que são elas mesmas as distribuidoras. E você falou isso. Eu acho que a Abimaq também tem gente que faz isto: traz, pinta igual, coloca a marca lá. Não a nossa marca brasileira. Mas deu a representação para a oficial dele, para ele criar uma paralela, porque senão ele vai matar a distribuição oficial dele.

Então, o que nós estamos vivendo no Brasil é uma situação muito delicada, muita delicada. E parece que o Governo não acorda. O Governo, o Palácio não conversa com o Ministério da Indústria e Comércio, que não conversa com a Fazenda. Cada um toca o seu nariz, cuida da sua coisa, e o final dessa história vai ser a derrocada da indústria nacional e da economia nacional, com a perda dos empregos.

Eu quero dizer ao Sr. Sérgio Marques, que se referiu à perda dos empregos de São Paulo para Mato Grosso, na questão da indústria têxtil, que isso é natural. Enquanto São Paulo perder emprego para Mato Grosso, não tem problema nenhum. Até porque Mato Grosso é o primeiro produtor nacional de algodão, com 950 mil toneladas, e São Paulo é o sexto, com 28 mil toneladas. É natural que a indústria vá para lá. Mas aí estamos perdendo emprego de São Paulo para Mato Grosso, a economia está aqui dentro. O duro é perder para outros países; o nosso algodão indo para fora.

Desculpe, Senador Delcídio, eu estou indo um pouquinho além, para dizer o seguinte: eu participei de uma comitiva da Abrapa (Associação Brasileira de Produtores de Algodão), em maio, e fui para a Ásia com eles, para vender o nosso algodão lá. Estamos indo e eles estão vendendo o algodão lá, porque o mercado interno não consegue absorver. Vocês mesmos disseram: a indústria nacional não é competitiva. Há algo errado conosco, porque quando saímos do País e vamos aos Estados Unidos, compramos roupa nos Estados Unidos e achamos que está barato lá; quando vamos a um restaurante e achamos que está barata a comida nos Estados Unidos, tem alguma coisa errada, e não é com os Estados Unidos, com certeza. Quando vou lá – desculpe-me o pessoal das



indústrias têxteis –, eu não levo nem mala. Compro tudo lá, porque é extremamente barato perto dos preços daqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Não, eu vendo igual, porque vendo para Taiwan, vendo para Cingapura, vendo para o Vietnam, e eles vendem para os Estados Unidos. Vem como roupa. Quer dizer, estou vendendo igual, mas o meu problema não é comprar roupa barata. O meu problema é não perder os empregos aqui dentro. O meu problema é não perder a economia.

E aí temos nossos programas sociais aqui, de Bolsa Família, Bolsa Gás, bolsa não sei de quê. E de onde está vindo esse dinheiro? Está vindo da economia real, da pauta da agenda real de trabalho, que gera imposto, gera riqueza e que gera um superávit para o País fazer aquilo que ele está fazendo.

E, se o Governo não tomar conta de nós, dos setores produtivos, industriais deste País, lamento muito, mas daqui a pouco não vamos ter mais nada para dividir.

Então, quero dividir com vocês essa preocupação. Vocês estão corretos de vir ao Senado reclamar, e, na nossa Comissão de Assuntos Econômicos, Senador Delcídio, precisamos escrever isso, fazer isso e mandar para frente. Tem que chegar à mesa da Presidente, tem que chegar à Casa Civil, tem que chegar à Indústria e Comércio e à Fazenda. Nós temos de alertar o Governo sobre o que está acontecendo. O Governo está usando o câmbio para segurar a inflação. A inflação está sendo segurada pelo câmbio, pela importação, mas está matando a indústria nacional. Daqui a pouco, não teremos como importar e não teremos como produzir. Essa é a situação que estamos vendo.

Desculpem aí

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu vou passar a palavra agora ao Dr. José Augusto Fernandes, da CNI, que tem também agora um compromisso de almoço. Então, três minutos para comentar os questionamentos, enfim, as abordagens feitas pelos Senadores. Eu serei implacável no tempo.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – Muito bem. Muito obrigado, Senador.

Primeiro, respondo à pergunta do Senador Armando, sobre a participação do setor privado na PDP. Quer dizer, desde fevereiro, iniciou-se um diálogo da CNI e das várias associações aqui presentes com o Governo sobre a PDP. A CNI fez um trabalho de consolidação de todas as posições setoriais. O que emergiu desse trabalho foi menos uma demanda de políticas estruturantes de oferta, políticas industriais clássicas, e mais ações na área de competitividade. Talvez não por acaso, o nome da política esteja mudando de PDP para PDC, que é política de desenvolvimento competitivo. Há uma discussão sobre o nome.



Quais são os temas considerados mais importantes? Toda a agenda tributária – desoneração de investimento de exportação –, a agenda da competência, que é a questão da inovação. Então, essa talvez tenha sido, das agendas, a que mais avançou recentemente nas discussões com o Governo.

Há um conjunto também de marcos regulatórios que são importantes para o setor privado. Por exemplo, toda área de biotecnologia depende de marcos regulatórios de segurança jurídica. Acho que está evoluindo bem também a área de educação, mas é como se eu tivesse que dividir a política em duas áreas: a área regulatória exige capital político e não tem custo fiscal, e a área fiscal exige custo fiscal e exige uma negociação mais complexa dentro do Governo. E os sinais são de que essa negociação ainda não terminou.

A Senadora Ana Amélia fez referência ao projeto a que também o Senador Ricardo fez referência, que está em discussão no Congresso Nacional. Acho que, de fato, temos um conjunto de sinais sobre o imbróglio fiscal do País neste momento, e está nas mãos dos senhores, talvez, resolver. Temos o Supremo emitindo sinal em relação ao Fundo de Participação dos Estados – os senhores têm de discutir a regra; o Supremo falando sobre o ICMS em geral, a guerra fiscal. Nós temos o setor privado colocando na...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Aviso prévio.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – (...) mesa para os senhores a discussão do ICMS de importação. Há a demanda dos governos estaduais para um novo indexador. Há duas formas de tratarmos isso: podemos tratar isso de forma parcial ou de forma articulada, com a visão de colocar na mesa, no fundo, uma discussão de competitividade e de federação. Parece-me que o Congresso tem uma extraordinária oportunidade de fazer avançar essa questão. Essas questões são interdependentes. A sua questão sobre o incentivo à importação...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – E há também os *royalties*.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – Há os *royalties* também. Então, há todo um conjunto de temas que, talvez, induza a uma negociação geral sobre essa agenda.

Quais foram os avanços da agenda legislativa? Foram poucos até o momento. Houve o cadastro positivo. Na Medida Provisória nº 517, houve algumas regulações de fundos de infraestrutura, que serão importantes para atrair recursos para a área de infraestrutura. E houve a passagem do Código Florestal para o Senado.

Em relação ao BNDES, entendo que o PSI – o Luiz Aubert, depois, poderá entrar em maiores detalhes – teve um papel anticíclico muito importante. Mas temos de nos preocupar com uma questão-chave: pode o BNDES manter esse papel em uma visão de longo prazo? Temos de discutir outros mecanismos de suporte ao financiamento de longo prazo no Brasil. Essa questão é importante.



Essa Medida Provisória a que acabamos de nos referir tem o papel de gerar um instrumento adicional em relação ao tema.

Acho que o horário...

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Não, não. Só faltou a visão da CNI em relação ao PSI.

O SR. JOSÉ AUGUSTO FERNANDES – Exato. Em relação ao PSI, penso que esse foi um instrumento extraordinariamente importante como ação anticíclica. Teve um impacto importante. Penso que o Luiz Aubert pode responder bem isso, pode falar sobre o setor de bens de capital.

O senhor também fez referência a políticas mais gerais do Banco. A discussão da questão do varejo está colocada hoje: qual é o papel que deve ter um banco em um projeto dessa natureza? Obviamente, a indústria tem privilegiado a seguinte ação: que o banco se dirija a questões de infraestrutura ou a questões associadas à competitividade e à inovação industrial e do próprio setor de serviços.

O Senador Blairo fez referência à questão do câmbio, e acho que todos nós concordamos com isso.

O Senador Luiz Henrique fez menção à importância de uma mobilização. Mas acho que o palco principal da ação está aqui, com essa ação articulada do Congresso. Os senhores têm os instrumentos e a forma de avançar, porque todos os temas relevantes para a questão fiscal, hoje, estão na mesa de trabalho dos senhores.

Peço licença, porque o Embaixador da Alemanha está me esperando neste momento para um encontro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Dr. José Augusto Fernandes, pela participação, representando a CNI.

Passo a palavra ao Dr. Aguinaldo Diniz Filho, da Abit.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Tentarei ser rápido.

Senador Luiz Henrique, concordamos plenamente com a unificação dos movimentos. É importante a ponderação do senhor, para que a gente possa realmente mostrar para este País o caminho que estamos seguindo. Se isso continuar, que País vamos deixar para os nossos filhos e netos? Se isso continuar, como vai ser? O senhor tem toda a razão.

O Senador Armando fala da PDP. Posso dizer ao senhor, Senador Armando Monteiro, que esse é a terceira PDP. Há um objetivo muito importante que deve ser trabalhado, mas se esbarra na burocracia, Senador. Vamos lançar a PDP. Será uma porção de itens. Mas precisamos de quatro ou cinco itens realmente para fazer com que este País continue crescendo.

O senhor fala sobre desoneração dos investimentos, e vou além: falo de desoneração de investimentos, de desoneração de exportações – somos o único país que tributa exportação – e de desoneração de folhas, Senador Armando. Os 20% do INSS representam R\$93 bilhões para a Previdência.



Poderíamos ser um pouco seletivos nisso. Os 20% do INSS para a indústria representam R\$19 bilhões. Quem sabe a gente possa desonerar isso e trabalhar para aqueles que precisam mais? Quem sabe possamos discutir isso?

Então, falo não só de desoneração de investimentos, mas de desoneração de folha. Vamos pensar nisso. O encargo da folha neste País faz com que nos tolhamos. Então contamos com o apoio do senhor.

Senadora Ana Amélia, a senhora fala sobre o *antidumping* conseguido pelo calçado, de U\$13,75, importante, mas tem a circunvenção. Então, Senadora Ana Amélia, é defesa comercial. Defesa comercial que, realmente, precisamos fortalecer neste país. Isso gera desemprego.

A senhora perguntou, também, se o PSI dá apoio ao setor. O setor têxtil tem um vínculo muito grande com o BNDES. O PSI, na nossa opinião, foi absolutamente importante e relevante para o setor, em um momento de crise, de reinvestimento. Só temos, Senadora, o BNDES como financiador de longo prazo, não tem outro no País. E, sem entrar em críticas maiores, posso dizer que o setor têxtil, que o setor industrial do Brasil, na nossa opinião, tem muito vínculo e é absolutamente importante o funcionamento do BNDES, sem entrar em detalhes recentes.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Uma resposta bem mineira.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – O Senador Ferraço coloca sobre o incentivo do ICMS. O senhor falou que, em um trabalho recente de um economista, esse incentivo do ICMS à importação representa 1% do ICMS do País.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu falei, não. Quem falou foi o Professor Luís Paulo Rosenberg. Falou, sustentou e apresentou dados.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Então, gostaria que o senhor falasse para o Luís Paulo Rosenberg como pode.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Eu não, vamos fazer um debate aqui.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Como pode uma empresa que trabalha no Brasil e paga 14, 15% de ICMS, e quem importa, Senador, paga 4% diferido? Se representa 1%, talvez o seja, mas esse 1%, no global, na hora que o senhor localiza, prejudica terrivelmente o produtor nacional.

A empresa em que trabalho paga 14, 17, 18% de ICMS para produzir. Se eu importasse, iria pagar 4% diferido. Agora, se no total representa 1, Senador, talvez seja assim, mas isso não é tão importante.

O senhor perguntou também sobre o PSI e, na resposta que dei para a Senadora Ana Amélia, o PSI, para o setor industrial – só posso louvar –, foi absolutamente importante.



O Senador Blairo Maggi quando fala sobre câmbio, não há o que discutir, não há o que falar. Mas para nós, Senador Blairo Maggi, tenho para mim que não tem como, a curto e médio prazo... Falamos muito que a nossa necessidade é 30, 60, 90. É igual à duplicata, não dá para pensar aqui e trabalharmos profundamente para colocar esse dólar a R\$2,00, isso vai demorar muito. Mas que outras medidas, Senador, de mais urgência, de emergência, tais como desonerar folha, tributação, defesa comercial, investimentos, desonerar investimentos... Senador, o senhor compra uma máquina e antes dela produzir o senhor já está pagando imposto.

Louvo profundamente a colocação do senhor, propositalmente evitei falar em câmbio, mas é terrível a situação do câmbio. Tenho para mim que precisávamos de algumas reformas tributárias infraconstitucionais, para que pudéssemos correr. E o câmbio é um mal enorme. Mas tenho uma preocupação: não vai ser hoje nem amanhã que esse problema será resolvido – e não podemos esperar. O câmbio está mostrando que as condições tributárias deste País tornam-se mais gritantes, esse é o problema. Então, apoio o senhor no câmbio, o senhor tem toda razão e, se o senhor não vender algodão, não vou vender tecido.

O SR. BLAIRO MAGGI (Bloco/PR – MT) – Mais ou menos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Vi aqueles filmes do Ingmar Bergman – um cineasta espetacular – e, em todos os filmes que ele fazia, a cisma era com o relógio e com o tempo. Demorei todo esse tema para descobrir que ele tinha razão.

Com a palavra o Dr. Luiz Aubert Neto, Presidente da Abimaq.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Senador, concordo plenamente com o senhor. Penso que não tem governo nenhum que não se move por meio de pressão. Tem que ter pressão, tem que ter foco e, se hoje o Brasil está nessa situação, a culpa é da CNI, da FIESP, da Abimaq, da Abit, porque deixamos chegar nessa situação. Não soubemos trazer os trabalhadores juntos para pressionar o Governo, para não deixar o Brasil chegar nessa situação. Concordo plenamente com o senhor, com essa agenda que o senhor colocou aqui de sabermos trabalhar juntos e mudarmos este País.

Senador Armando, já estivemos com o Governo levando as nossas propostas que estão aqui, que se dividem em defesa comercial, compras governamentais, regimes especiais, que fazem um grande mal. Esses Repetro, Reporto, todos esses negócios são um grande mal para a indústria nacional. Desoneração tributária, financiamento, está tudo lá.

Já tive várias reuniões, reúno-me, uma vez por mês, com o BNDES, com o professor Luciano Coutinho, já estive quatro vezes com o Ministro, e levamos as propostas.

Agora, essa caixa-preta da PDC, o que vai ser, eu não sei ainda, mas as nossas propostas estão lá, que são tudo aquilo que a gente falou aqui, e discutimos aqui.



Senadora Ana, isso que a senhora falou, nós já perdemos, na Abimaq, investimentos de fábricas de tratores, US\$220 milhões de indústrias que eram para fabricar tratores aqui e foram para a Argentina. A principal coisa é câmbio. Antes, o câmbio, lá, estava 1 a 1, o real era um peso. Hoje, está o dobro. Hoje, se você pegar lá, está pela metade. É essa conta.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Mas, além disso, a tributação, os custos, a logística, tudo isso...

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Isso, tudo; muda tudo.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Custo Brasil, o Custo Brasil.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Vai para lá. Estão indo, estão indo.

Olha, não é só para a Argentina. As indústrias brasileiras estão indo para o Paraguai. Se nós não resolvemos o Custo Brasil, as empresas vão resolver. Nós vamos buscar Paraguai, nós vamos buscar Uruguai, nós vamos buscar Argentina, porque eu não quero ver, eu não vou deixar a minha indústria morrer, nós vamos para lá.

Então, isso que a senhora falou está acontecendo, e cada vez mais rápido, cada vez mais rápido.

Primeiro, vai a grande empresa; depois, vão os fornecedores dessas empresas, e a gente está tendo essa migração para lá.

Aproveitando a pergunta que a senhora fez, do BNDES...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Até para a Eslováquia.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – É, até. Vai, vai para todo lugar.

Quanto ao BNDES, deixa eu falar. Nós temos, aqui, o André Romi, nós temos a Indústria Romi, que é uma fabricante, hoje, de máquinas e equipamentos no Brasil. Está aqui ele, que pode responder sobre a importância do BNDES PSI.

A senhora sabe como nasceu o PSI? Nasceu dentro da Abimaq.

Hoje, uma indústria... Hoje, não, foi em 2008, na crise, bem na crise.

Quando veio a crise mundial, os japoneses vieram aqui, no Brasil... Eles oferecem máquinas, aqui no Brasil, com dois anos de carência, oito anos para pagar e juros de 1.75% ao ano, 1.75% ao ano!

O alemão vem vender máquina aqui no Brasil: dois anos de carência, oito anos para pagar e juros de 2.15% ao ano, e nós estamos criticando o BNDES porque vem me cobrar 6.5% ao ano, fixos.

Nós nunca tivemos, neste País aqui, o PSI. O PSI é fundamental para a pequena e a média empresa, é isso que quero colocar.

Nós não podemos misturar duas políticas que o BNDES tem. Eu vou falar da parte de máquinas e equipamentos: é fundamental que o programa PSI seja perenizado, não que ele tenha data para acabar.

(Palmas.)



Ele tem de ser perenizado. É a única isonomia, hoje, que nós temos, principalmente... Oitenta por cento dos associados da Abimaq são pequenas e médias empresas, que faturam menos de 60 milhões por ano, e são essas indústrias que estão sendo beneficiadas por isso.

Então, quando a gente pega o BNDES com o caso do Pão de Açúcar e esse negócio todo, a gente não pode macular essa imagem.

É fundamental o PSI para a indústria brasileira. Se não fosse o PSI, esses números que eu apresentei hoje, aqui, seriam muito piores.

O que mais eu tenho?

Bom, eu acho que BNDES, PSI, os insumos... Ah, o Senador Maggi, quando ele fala aqui... O professor Mário Henrique Simonsen, já falava isso há um tempão, há muito tempo, que os juros o deixam aleijado, e o câmbio, mata.

Nós estamos com essas duas espadas na nossa cabeça há mais de 15 anos. Está sangrando, este País. Este País está sangrando com isso.

Você pagar, neste ano... O Brasil vai pagar R\$230 bilhões de juros da dívida.

Se a senhora somar o que nós vamos investir em educação, saúde e inovação tecnológica, não dá um terço do que vamos pagar de juros para o sistema financeiro.

Quando alguém fala: "Este remédio está matando o Brasil, esse remédio dos juros altos", isso é lobby do sistema financeiro, eu não tenho medo nenhum de falar isso aqui. Todos esses negócios que vão por aí são *lobby* do sistema financeiro.

Aumentar meio por cento... Cada um por cento que a gente aumenta da taxa Selic são R\$14 bilhões que vão para o sistema financeiro.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Para os bancos.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Para os bancos, sem gerar um emprego, sem gerar nada em inovação tecnológica.

Nós temos de acabar com isso. Os juros não resolvem mais o problema do Brasil.

(Palmas.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É só olhar o balanço dos bancos. É só olhar o balanço dos bancos.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Eu já cheguei à conclusão de que o Luiz Aubert, se se emocionar, é um perigo.

Com a palavra, o Dr. Sérgio Marques.

O SR. SÉRGIO MARQUES – Tem um discurso, que ouço dos empresários, de que nós queremos condições iguais para concorrer com os produtos importados. Então, essas condições iguais têm de ser dentro do Brasil também.

Um exemplo: salário único para todo o País. Isso é condição igual, fundamental, então, aí, nós vamos estar falando, aí vai ser opção da empresa ir



para o Ceará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, por questão dela, não por outras questões.

Senadora, quanto ao aumento do trabalhador no ramo, os sindicatos sempre tiveram o trabalho de todos os trabalhadores serem registrados, é uma condição para termos um controle de quanto entra e quanto sai. E com o Ministro Carlos Lupi – juntamente com as DRTs ou CRTs, que mudam o nome –, eles têm feito alguns comandos setoriais de combate ao trabalhador informal. Pegamos alguns setores por meio de denúncia, de fiscalização e autuação, vamos em algumas empresas que ainda têm alguns trabalhadores sem registro e estamos combatendo forte. Então, na verdade não se aumentou muito o emprego, mas sim o trabalhador formalizado, é disso que estamos tendo um controle maior.

Aproveitando a nossa fala, uma coisa que estamos vendo é que, se não nos empenharmos nesse trabalho de melhorar o setor têxtil, correremos um sério risco de assistirmos a uma Copa do Mundo, daqui a alguns anos, em 2014, e todo mundo com camisa, boné e bandeiras *made in China*.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Presidente, agradeço o senhor ter me passado a palavra, porque quero, basicamente, pedir desculpas. Estava aqui ao lado, na Comissão de Educação, e estavam discutindo o projeto, mas graças às novas técnicas podemos, mesmo estando em outra Comissão, acompanhar as coisas pelas transparências divulgadas. Isso me lembra de um ponto em que gostaria de insistir e que precisamos discutir na hora de buscar aumentar a competitividade. Chama-se inovação.

Tem duas maneiras de reduzir custos. A redução de custos, ou seja, aumentar a competitividade reduzindo o custo dos produtos tradicionais, por meio de economia de escala e de baixar os custos, inclusive juros e carga fiscal. Porque um mata, outro fere, e a carga fiscal deixa tonto. Pois bem. Uma é reduzir os custos para os produtos tradicionais, a outra é estar na frente, criando novos produtos – e aí é que estamos perdendo a chance de ter competitividade, porque não somos produtores de grandes produtos novos. Vejam que dois grandes produtos novos, soja e avião, vêm de inovação, porque a soja, no cerrado, é fruto da Embrapa; o avião é fruto do ITA. É aí que precisamos trabalhar, é aí que temos que fazer, talvez, uma audiência sobre inovação especificamente, e sobre Educação também.

Vi que o Luiz Aubert talvez tenha sido o que falou em educação, pelo menos tem uma das transparências a respeito de educação. Se não tivermos isso, não teremos competitividade.

Ontem estava todo mundo espantado porque 90% foi reprovado no exame da OAB. Estão botando a culpa nas faculdades. A culpa está na pré-escola dos candidatos. Foi lá na pré-escola que os alunos começaram a ser reprovados



no concurso da OAB. É apenas um recado e quero dizer que, pelo que vi aqui, fico satisfeito em ver nossos empresários preocupados.

Quero dizer que o Armando Monteiro foi um dos que me mostrou como a indústria estava preocupada com a Educação, quando me colocou no Comitê da CNI para a Educação, e sugerir, Senador Delcídio, que façamos uma audiência sobre inovação. Esta é a proposta que irei formalizar, por escrito.

O SR. PRESIDENTE (Delcídio do Amaral. Bloco/PT – MS) – Muito bem, passo a palavra ao Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, em virtude de estar havendo uma votação de Proposta de Emenda à Constituição na Comissão de Justiça, neste instante, infelizmente não pude acompanhar toda a exposição dos Srs. José Augusto Fernandes, Aguinaldo Diniz Filho, Luiz Aubert Neto e Sérgio Marques. Cumprimento-os pela colaboração aqui colocada, mas gostaria muito de saber a opinião breve dos presentes, porque, como sou autor do parecer sobre o Projeto de Lei do Deputado Mendes Thame, que dispõe sobre a importação e o fornecimento de produtos sujeitos à Regulamentação Técnica Federal e que cria obrigações, estabelece sanções que recaem sobre os produtos e sobre os operadores que promovem a importação de produtos quando em desacordo com a regulamentação técnica.

Como eu acho que o Sr. Luiz Aubert, por exemplo, já está bem a par deste projeto, eu não precisaria descrevê-lo. Recebi uma nota executiva da Receita Federal colocando algumas objeções. Entretanto, concluindo a observação final, caso não seja possível a sua rejeição, são feitas propostas de alterações para não frustrar os objetivos do projeto aprovado na Câmara e para dar viabilidade jurídica de aplicação e harmonizar com os demais institutos legais relevantes.

Então, se puderem dizer, brevemente, que sugestões têm com respeito a isso, eu agradeceria muito.

Muito obrigado.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Senador Suplicy, esse projeto, pelo que conhecemos, é da mais alta relevância, essa normalização técnica nos portos. Mas para isso, Senador, com certeza o senhor sabe, tem uma coisa que nos deixa absolutamente frustrados: o Inmetro não tem acesso ao espaço da Receita Federal. Isso já discutimos. Falamos inclusive em reuniões recentes do GAC. Hoje, a fiscalização de um produto, por exemplo, têxtil, é depois que ele é nacionalizado. E o Inmetro não tem acesso. Isso está sendo discutido. Não sei se esse projeto aborda isso. A Receita Federal tem um ponto e o Inmetro tem outro. Mas o mais incrível, o mais absurdo é que a fiscalização técnica, a normatização técnica não possa ser feita antes da nacionalização do produto, Senador. Isso é quase incompreensível. E nesse projeto, que é absolutamente importante para criar as mesmas condições técnicas de produtos de fora para produtos de dentro,



que haja um acesso do Inmetro ao *site* da Receita Federal. Isso é fundamental. Se não, eu acho que nada vai prosperar nesse sentido.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Está satisfeito, Senador?

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Também o Presidente Luiz Aubert.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Por favor, Aubert.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Senador, mais uma vez, obrigado por sua presença. O senhor esteve conosco, há duas semanas, na Abimaq. Discutimos isso lá. Nós falamos da importância disso. Mas vou dar um pequeno exemplo. Como o Aguinaldo falou, as indústrias brasileiras têm que seguir a Norma Regulamentadora 12, que é de segurança em máquinas. Vou falar: para você fabricar uma prensa no Brasil hoje, você tem que ter raio lazer para proteger a mão do funcionário, todo um problema que acarreta custo, e é correto cobrar isso. Na importação... Hoje eu tenho uma audiência com o Ministro Lupi. Está dependendo de uma autorização. Nem isso nós conseguimos, Senador. Máquinas usadas. Nós importamos prensas com mais de sessenta anos de uso, que não vêm com nada disso. É exigido do fabricante nacional, e do importado nós não temos controle nenhum disso. Então, essa lei é de extrema importância. É barreira técnica. O senhor sabe esse carro chinês que agora tem propaganda para todo lado? Ele não entra na Alemanha. O senhor sabe por que ele não entra na Alemanha? Porque ele não passa nos testes de segurança. Se bater um carro desses no muro, destrói. Ele destrói fora das normas. O teste de equilíbrio... Eu não estou fazendo propaganda contra a compra. Quem já tem, já comprou, paciência. Agora, não passa nos testes. A Alemanha barra tecnicamente, e ninguém reclama. E nós aqui não temos nem o mínimo de que precisamos. Então, nós estamos completamente a favor disso. E hoje estaremos com o Ministro Lupi para batermos mais ainda nesse ponto.

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Eu agradeço muito as informações. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Bom, eu gostaria, agora no encerramento, de indagar se há alguma consideração ainda que os palestrantes desejam fazer ao final. Eu solicito que sejam muito breves porque já estamos com o horário adiantado. Eu me congratulo, em nome da Mesa, da Presidência da Comissão, agradecendo a qualidade das intervenções, com a certeza de que estaremos à disposição para continuar a discutir essa agenda.

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Por favor, Senador Luiz Henrique. Pois não.



O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – Só para uma observação muito rápida. É relativamente a uma campanha publicitária. Por que nunca passou a reforma tributária aqui no Congresso Nacional? Está aqui o Rigotto, que lutou por isso, dez, quinze anos aqui no Congresso. Por quê? Porque o brasileiro pensa que quem paga imposto é a empresa, é a indústria. Então, que se lixe a indústria. Ele não sabe que, ao beber água, ele paga 50% de imposto; que, no fim do mês, sua tarifa de luz tem 50% de imposto; que, quando pega um ônibus, metade da tarifa que paga é de imposto. Eu já me reuni várias vezes com colegas de vocês e disse: “São trinta empresas, não mais que isso, que sustentam as cadeias de televisão”. Por que não fazer uma grande campanha mostrando, por exemplo, que a água que você está tomando tem metade de imposto – 52%, diz o Governador Rigotto. O cidadão que está no ônibus sabe que essa passagincha que ele pagou tem quarenta e tantos por cento de imposto? É como pegar dois elevadores e dizer: o trabalhador é o elevador que desce, que é a carga fiscal descendo; o salário dele aumenta, é o outro que aumenta. Fazer uma campanha publicitária para popularizar esse tema. Mostrar que quem paga imposto somos nós, a toda hora, a todo instante, a todo momento, em todo bem que consumimos. Então, eu acho que essa campanha publicitária é fundamental. E também mostrar o efeito danoso do câmbio, dos juros, mostrar, na televisão, como é que é a taxa de juros no México, no Chile, na Argentina, na Alemanha, e por aí afora. Se não houver uma grande campanha publicitária, nós não vamos avançar muito nesse tema. Porque esta Casa só funciona, e rapidamente, na velocidade que os senhores desejam, quando é premida, pressionada pela população.

Então, quero insistir nessas propostas que eu fiz. Primeiro, o movimento único não pela competitividade, não pela eficiência, não em defesa da indústria têxtil, mas em defesa da indústria e do emprego nacional. E com uma campanha... Fazer um grande ato, talvez em São Paulo, com milhares de trabalhadores, com milhares de empresários, e lançar uma carta ao Brasil. Quantas vezes esta Nação se moveu, por meio de uma carta? Nós conquistamos as Diretas, conquistamos a reinstitucionalização do País por meio daquele célebre carta que foi lançada lá em São Paulo. Então, eu quero insistir nisso, Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Meu caro Senador, nós estamos tendo...

O SR. LUIZ HENRIQUE (Bloco/PMDB – SC) – (...) para que a nossa audiência, que nós dois propusemos, tenha uma consequência prática pelo Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Passo aqui, para o encerramento, ao nosso representante da Abit, o Presidente Aguinaldo Diniz.

O SR. AGUINALDO DINIZ FILHO – Senador Armando e Senador Luiz Henrique, agradeço aos senhores por terem proposto esta reunião, que, para nós, muito importante, mostrando o que precisamos. E não vejo aqui, Senador Luiz Henrique, o senhor como Senador e eu como empresário. Definitivamente, eu



não vejo. Eu nos vejo como brasileiros, pessoas de dignidade, que amam este Brasil, que trabalham. Então, juntos, Senador, juntos, Deputados, todos nós precisamos levantar e melhorar este País pelo que vem aí, por nossos filhos e netos. Tudo que foi dito é muito importante, mas se nós nos unirmos, o senhor, Senador, importante na República, e nós, empresários do interior de Minas, do interior deste País, se nós nos unirmos com um objetivo concreto – não podemos continuar como estamos, precisamos melhorar este País –, temos condições de ter o melhor país do mundo. Nós conseguimos.

Agradeço muito a oportunidade que o senhor e Senador Armando nos deram, e que seja consequente. Estamos indo embora daqui a dez minutos, mas não podemos terminar por aí. Muito obrigado.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Passo, agora, ao nosso Dr. Luiz Aubert, Presidente da Abimaq.

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Eu também agradeço, Senador Armando e Senador Luiz Henrique, pelo convite. E vou ser repetitivo: só vamos mudar este País quando trabalhadores e empresários derem as mãos neste País. Isso aqui é que nem casamento. Se vamos discutir as 40 horas, vamos ter pontos que vamos discutir, mas desoneração de investimento, incentivar a indústria brasileira, temos que fazer isso juntos. Isso que o senhor falou é de extrema importância. Acho que tínhamos que ter começado isso ontem. Quando veio a crise em 2008, a Abimaq foi a primeira associação de entidades de classes em que nós garantimos emprego na plena crise, chamando a CUT e a Força Sindical. Fizemos isso. Fomos criticados, mas não há outra forma. Nós temos que saber pressionar e fazer isso que o senhor falou.

Agora, quanto à mídia, eu vou dar um número para o senhor: 70% da mídia é sistema financeiro, é jornal, esses negócios todos. A indústria não tem dinheiro para fazer propaganda em mídia. Sessenta, 70%... Mas eu concordo: nós temos que criar um fundo, fazer alguma coisa para conscientizar a população.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUIZ AUBERT NETO – Isso. Nós só vamos conseguir mudar este mundo conscientizando cada um. É o trabalho de formiga, um a um. Não adianta dar uma de Dom Quixote aqui. Nós temos que vir aqui, plantar essa semente que estamos plantando, trazer os senhores para o nosso lado, com os trabalhadores, porque só assim nós vamos construir um Brasil melhor e um mundo melhor.

Então, só tenho a agradecer a oportunidade que vocês me deram aqui. Obrigado.

(Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Passo a palavra ao representante da Confederação dos Trabalhadores da Indústria Têxtil, Sr. Sérgio Marques, por favor.

O SR. SÉRGIO MARQUES – Senador Armando, Dr. Aguinaldo, Sr. Luiz, Senador Henrique, quero ressaltar que nós esperamos realmente que esta Frente Parlamentar dê resultados, que não fique como as câmaras setoriais do passado, que andaram, andaram e não houve consequência alguma.

Ressaltando o que o Luiz Aubert falou, quando o barco afunda, ele não afunda apenas um lado. Ele afunda dos dois lados. Então, podem contar com os trabalhadores nesta briga pelo Brasil.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Armando Monteiro. PTB – PE) – Muito obrigado.

Ao encerrar, queria cumprimentar todos os representantes do setor privado, integrantes das diretorias das entidades Abimaq e Abit; saudar aqui um companheiro, por meio de quem faço uma saudação a todos, o nosso Luiz Péricles Michelin, que está aqui conosco; e uma palavra especial à presença do nosso Governador, ex-Deputado, de quem tive a honra de ser colega na Câmara Federal, o nosso grande Germano Rigotto.

Um abraço a todos.

(*Palmas.*)

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 13 minutos.)